

Guia para realizar um bom diagnóstico de **equidade racial**

Ernesto M. Faria | Leticia Maggi

INICIATIVA



REALIZAÇÃO



COORDENAÇÃO



Carta de abertura

A Fundação Lemann, o Centro Lemann de Liderança para Equidade na Educação e o centro de pesquisas **Interdisciplinaridade e Evidências no Debate Educacional** (Iede) criaram este guia para te ajudar a identificar e dimensionar desigualdades raciais na sua rede de ensino – e, a partir daí, elaborar ações mais embasadas a fim de mitigá-las.

Infelizmente, a educação brasileira é marcada por muitas desigualdades – socioeconômica, de gênero, geográfica... Foco deste material, a questão da cor/raça não só consiste em mais uma dessas desigualdades, como também atravessa as demais. Afinal, o racismo está enraizado na nossa sociedade e se manifesta tanto na forma de atos articulados e intencionais – como agressões verbais ou físicas – quanto de maneiras relativamente camufladas, em situações já naturalizadas do dia a dia, nas quais a discriminação se faz menos perceptível – por pessoas brancas, principalmente. Trata-se, neste segundo caso, do racismo estrutural.

Amplamente complexo, o conceito é abordado nos seguintes termos, por Silvio Luiz de Almeida, no livro *Racismo estrutural* (2018): “O racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo ‘normal’ com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural. Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção”. No entanto, ressalta o autor, “pensar o racismo como parte da estrutura não retira a responsabilidade individual sobre a prática de condutas racistas e não é um alibi para racistas. Pelo contrário: entender que o racismo é estrutural, e não um ato isolado de um indivíduo ou de um grupo, torna-nos ainda mais responsáveis pelo combate ao racismo e aos racistas”.

Na escola, as desigualdades de desempenho entre estudantes de diferentes grupos raciais não têm relação, obviamente, com inteligência ou com capacidade de aprender; elas decorrem, sobretudo, de estigmas, da carência de incentivos e de outras violências sofridas por estudantes negras(os) de todas as idades, dentro e fora das instituições de ensino. Violências e violações que se refletem não apenas na trajetória escolar, mas em diversos aspectos da vida – social, profissional, emocional – dessas pessoas.

Além de evidenciar a relevância da produção de diagnósticos educacionais com recorte de cor/raça, esperamos que este guia ofereça o conhecimento e as instruções necessárias para esse trabalho.

Nós, da Fundação Lemann, do Centro Lemann e do Iede, defendemos uma educação baseada em dados e evidências. E acreditamos que, para solucionar um problema, é preciso antes entendê-lo. Por isso, a realização de bons diagnósticos é fundamental para a elaboração de políticas públicas efetivas, adequadas aos seus contextos e realistas quanto aos seus objetivos, capazes de garantir um ambiente escolar e um ensino racialmente equitativos. Esperamos te ajudar nesse trabalho.



Agradecimentos

Este guia foi elaborado com a ajuda de professoras(es), diretoras(es) escolares, pesquisadoras(es), profissionais do terceiro setor, técnicas(os) e gestoras(es) de secretarias de educação – a quem agradecemos imensamente. O conteúdo também passou pela análise de integrantes da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e de especialistas de universidades estrangeiras. Tais parcerias trouxeram múltiplos olhares para o material, além da esperança de que este venha a ser útil nas diversas redes de ensino do País. Conheça as pessoas que colaboraram:

Ariana Britto, gerente de políticas públicas do *Abdul Latif Jameel Poverty Action Lab* (J-PAL) e ex-coordenadora de produção de conhecimento do Centro de Excelência e Inovação em Políticas Educacionais da Fundação Getulio Vargas (FGV Ceipe).

Caio Callegari, coordenador de inovações públicas no Instituto Unibanco e ex-secretário adjunto de educação da prefeitura de Mogi das Cruzes, em São Paulo.

David Quinn, professor da *Rossier School of Education*, da Universidade do Sul da Califórnia, nos Estados Unidos.

Francielle dos Santos, mestranda em educação da Universidade de Stanford, foi professora de matemática e trabalhou com formação de professores no Instituto Canoa.

José Joaquim Neto, diretor do Centro de Ensino em Período Integral Professor Pedro Gomes, em Goiás.

Maria Luiza Zacharias, especialista em estatística e em elaboração de questionários.

Maria Teresa Gonzaga Alves, professora do Departamento de Ciências Aplicadas à Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e líder do Núcleo de Pesquisa em Desigualdades Escolares (Nupede).

Ricardo Madeira, professor de economia da Universidade de São Paulo (USP) e sócio-fundador da *startup* educacional Por A Mais B.

Samuel Franco, economista, pesquisador, estatístico e sócio-fundador da Oppen Social.

Sônia Guaraldo, ex-diretora, professora e dirigente municipal de educação no município de Birigui, em São Paulo.

Sonya Douglass, professora do *Teachers College*, da Universidade Columbia, nos Estados Unidos.

Tatiane Cosentino Rodrigues, professora do programa de pós-graduação em educação e ex-coordenadora do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

Valter Pimentel, professor de matemática, responsável pela coordenação dos dados da rede de ensino de Mata de São João, na Bahia.

Thais Barcellos, economista e especialista em dados que, com sua *expertise*, colaborou com a revisão técnica deste estudo.

EXPEDIENTE

Esta publicação é uma iniciativa da Fundação Lemann, realizada pelo Centro Lemann e coordenada pelo Iede.

EQUIPE Centro Lemann

DIRETORA-EXECUTIVA Anna Penido

GESTOR DO PROGRAMA DE PESQUISA APLICADA Eduardo Marino

COORDENADORA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO Thais O. Guerra

GESTORA DE COMUNICAÇÃO E PARCERIAS Camila Aragón

EQUIPE EDITORIAL

EDIÇÃO Thiago Rosenberg

REVISÃO Rosângela Almeida

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO Estúdio Claraboia

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

CITAÇÃO SUGERIDA

Faria, E. M. e Maggi, L. (2023). Guia para realizar um bom diagnóstico de equidade racial. [Relatório]. Centro Lemann de Liderança para Equidade na Educação.



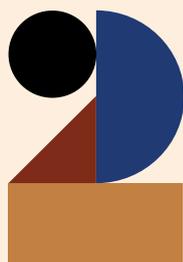
Sumário



Introdução

10

As manifestações do racismo estrutural na educação e a importância de diagnósticos de equidade racial para mapeá-las e elaborar soluções



As origens das desigualdades

17

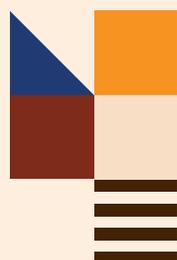
As políticas e práticas que, ao longo da história do Brasil, prejudicaram a escolarização da população negra no País



Desafios para a realização dos diagnósticos

20

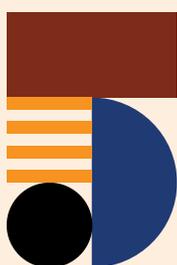
Do mito da democracia racial à alta rotatividade docente: quais fatores podem comprometer a execução de uma boa pesquisa?



Tipos de dados

24

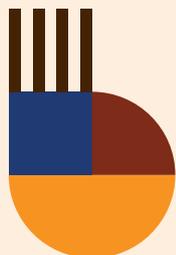
A equidade racial na educação pode ser avaliada por meio de diagnósticos quantitativos ou qualitativos – saiba quando e como recorrer a cada um desses formatos, ou a ambos



Primeiros passos

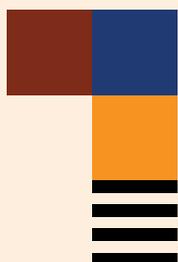
29

Antes de coletar os dados que estruturarão o diagnóstico, garanta que os objetivos do trabalho sejam bem definidos, que o percurso esteja bem planejado e que todas as pessoas envolvidas – entre as que pesquisam e as que são pesquisadas – tenham ciência do projeto como um todo



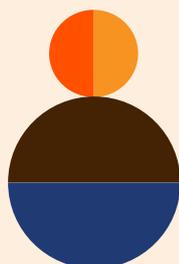
Criando e aplicando questionários 33

Dicas para tornar esse prático instrumento de pesquisa mais efetivo – adequado ao seu público e comprometido com ele



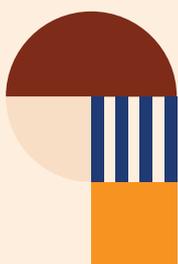
Como utilizar dados públicos 37

Boa parte das informações necessárias para a realização de diagnósticos pode já ter sido coletada por bases de dados nacionais, como as do Censo Escolar e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) – saiba como aproveitá-las



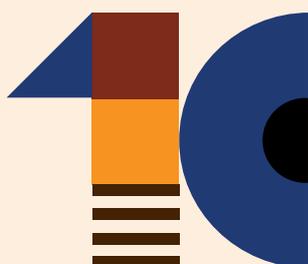
Divulgando os resultados 41

O que fazer e o que evitar na hora de compartilhar as conclusões obtidas a partir dos diagnósticos, tendo em vista uma comunicação eficaz e o uso responsável dos dados pessoais dos indivíduos pesquisados



Transformando os resultados 46

O monitoramento das desigualdades diagnosticadas e das políticas elaboradas para combatê-las

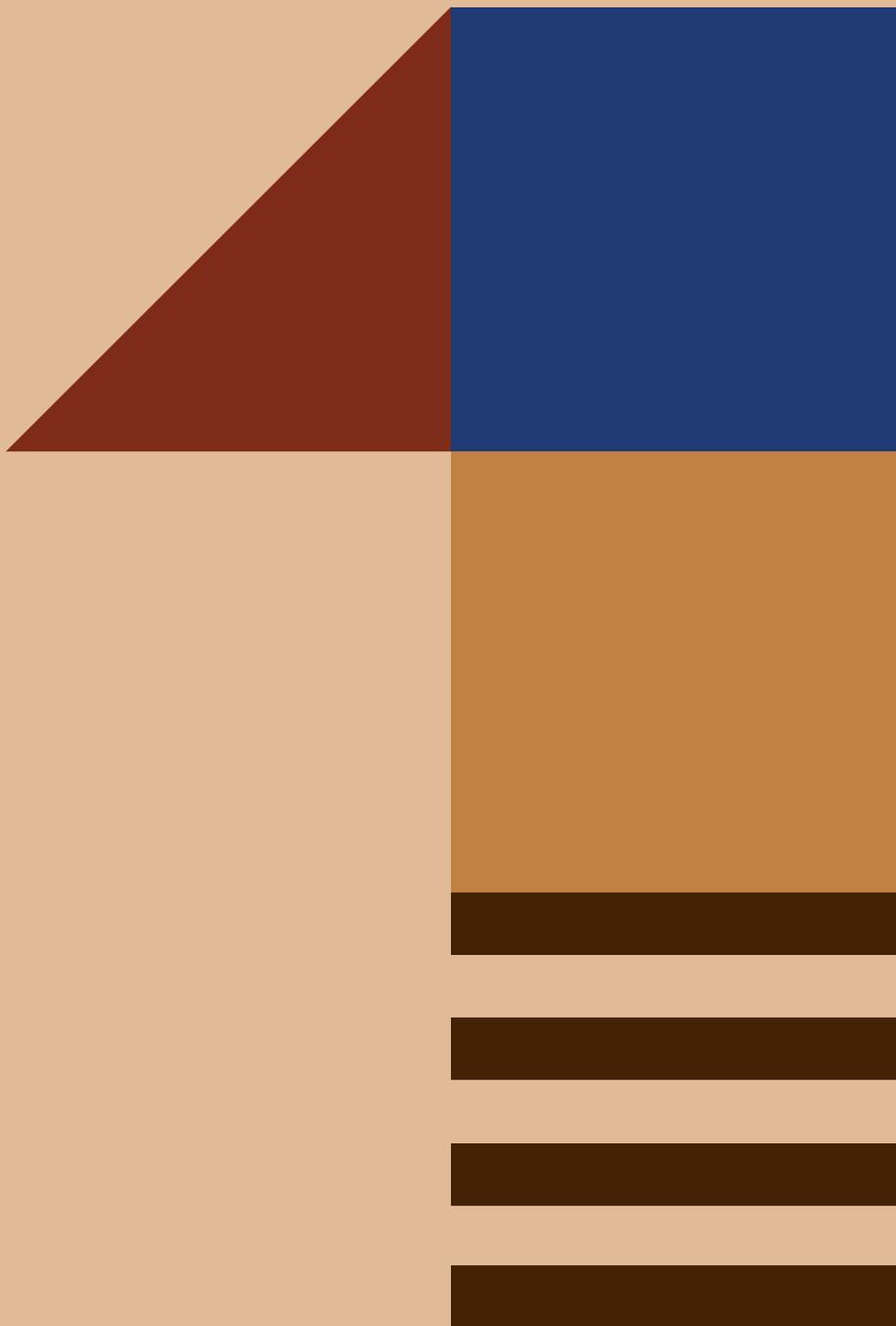


Boas práticas 50

Três bons exemplos de diagnósticos, realizados em redes de ensino de São Paulo, da Bahia e de Goiás

Referências bibliográficas 53

Anexos 56



Introdução



A desigualdade racial na área da educação tem características específicas em cada município ou estado do País. Por isso, é essencial que os diagnósticos ligados ao tema sejam realizados em nível local.

Esses diagnósticos não se encerram em si mesmos: **a ideia é que eles abram caminho para a reflexão e a ação** – facilitando a identificação das iniciativas mais adequadas para promover uma educação com qualidade e equidade em determinada rede de ensino.

Para começar o percurso, apresentamos dados que evidenciam alguns dos impactos do racismo estrutural – na educação, no mercado de trabalho e no dia a dia:

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), de 2022, indicou que a **taxa de analfabetismo** entre a população branca com 15 anos de idade ou mais era de 3,4%; já entre a população preta ou parda, 7,4%. Os índices pioram em relação às pessoas mais velhas, com 60 anos ou mais: 9,3% entre as brancas e 23,3% entre as pretas ou pardas.

Segundo a mesma pesquisa, 53,2% da população brasileira com 25 anos ou mais havia concluído a Educação Básica – que vai até o último ano do Ensino Médio. Há, porém, diferenças expressivas quando a análise é feita por cor/raça: concluíram a etapa 60,7% das pessoas brancas e 47% das pretas e pardas.

A pesquisa *Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil*, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2022, mostra que, no ano anterior, a **taxa de desocupação** – percentual de pessoas da força de trabalho que estão desempregadas – foi de 11,3% entre a população branca, 16,5% entre a preta e 16,2% entre a parda. Além disso, 43,4% das(os) trabalhadoras(es) pretas(os) e 47% das(os) pardas(os) ocupavam **cargos informais**, contra 32,7% das(os) brancas(os). As(os) ocupadas(os) de cor/raça branca recebiam, em média, R\$3.099, valor acima do que costuma ser remunerado a pretas/os (R\$1.764) e pardas/os (R\$1.814).

Mesmo quando a análise é feita entre indivíduos com o mesmo grau de escolaridade, há diferenças significativas quanto à cor/raça: pessoas brancas com nível superior completo ganharam, em média, 50% e 40% a mais, respectivamente, do que as pretas e pardas. No que diz respeito às **posições de liderança nas empresas**, a discrepância é ainda maior: 69% dos cargos gerenciais são ocupados por pessoas brancas, 25,3% por pardas e 4,2% por pretas.

Essas desigualdades na educação e no mercado de trabalho refletem na proporção de pessoas em situação de pobreza no País: segundo o IBGE, considerando a métrica proposta pelo Banco Mundial, a porcentagem de pessoas na chamada linha de pobreza – com renda *per capita* de até US\$5,50 diários (ou R\$486 mensais) – era de 18,6% entre a população branca, 34,5% entre a parda e 38,4% entre a preta. Na linha de extrema

pobreza (US\$1,90 diário ou R\$168 mensais *per capita*), as taxas foram de 5% entre as pessoas brancas, 11,4% entre as pardas e 9% entre as pretas.

Por fim, ainda de acordo com o IBGE, **pessoas pretas ou pardas são mais suscetíveis a serem vítimas de violência**. Com base em dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), do Ministério da Saúde, entre 2019 e 2020, o número de homicídios no País cresceu 9,6%. O relatório do instituto afirma que “em 2020, foram 49,9 mil homicídios, ou 23,6 mortes por 100 mil habitantes. Entre as pessoas pardas, a taxa foi de 34,1 mortes por 100 mil habitantes, o triplo da observada entre as brancas (11,5 mil mortes por 100 mil habitantes). Entre as pessoas pretas, a taxa foi de 21,9. A diferença entre essas taxas cresce ao longo da série histórica”.

Dados do *Atlas da Violência* de 2020, realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), mostram que, entre 2008 e 2018, o número de homicídios de pessoas brancas caiu 13% e o de indivíduos negros aumentou 11,5%.

A seguir, apresentamos alguns dos conceitos usados neste guia. Eles são importantes para a compreensão do material – e para o debate sobre cor e raça de forma geral.

EQUIDADE

Segundo o dicionário *Oxford Languages*, é a “virtude de quem ou do que (atitude, comportamento, fato etc.) manifesta senso de justiça, imparcialidade e respeito à igualdade de direitos”. A equidade racial prevê que pessoas amarelas, brancas, indígenas, pardas e pretas sejam tratadas de maneira justa, considerando o contexto de desigualdade em que estão inseridas, suas características individuais e suas necessidades específicas – favorecendo uma equivalência de direitos, benefícios, obrigações e oportunidades entre cada um desses grupos.

PESSOAS NEGRAS E PESSOAS PRETAS

Os termos “negro” e “preto” não são sinônimos para o IBGE: o primeiro se refere a indivíduos que se autodeclararam pretos ou pardos, e o segundo é restrito a um único grupo racial. A expressão “população negra”, por sua vez, é usada para indicar a soma das pessoas pretas e pardas.

Alguns estudos analisam separadamente os indivíduos pretos e pardos, e outros os juntam em uma única categoria, lançando mão do termo “negros”. Para o IBGE, a informação é coletada, por meio do censo domiciliar, com base na autotranscrição da pessoa, que responde à pergunta: “Qual é a sua cor?”. A(o) entrevistada(o) declara uma das cinco opções apresentadas: branca, preta, parda, amarela ou indígena. Para mais informações sobre o assunto, indicamos o material Características étnico-raciais da população: classificações e identidades, produzido pelo IBGE.

COLORISMO

Trata-se de um sistema de hierarquização racial que discrimina as pessoas, de acordo com a tonalidade da pele. Segundo Aline Djokic, no artigo *Colorismo: o que é, como funciona*, no Brasil, o colorismo “apresenta uma peculiaridade; aspectos fenotípicos, como cabelo crespo e nariz arredondado ou largo, dentre outros aspectos físicos que a nossa cultura associa à descendência africana, também influenciam no processo de discriminação”. Uma pessoa negra com um tom de pele claro pode ser “mais aceita” socialmente, enquanto uma pessoa com pele mais escura pode vivenciar situações de preconceito e marginalização com maior frequência. A compreensão desse conceito nos ajuda não só a identificar diferentes formas de opressão, mas principalmente a entender como essa ideia atua na manutenção do racismo, comprometendo, dentre outras coisas, as noções de identidade e de pertencimento entre indivíduos negros.

As diferenças de oportunidades na educação não se devem somente ao nível socioeconômico das(os) estudantes, como se propaga equivocadamente. **Mesmo entre estudantes com condições sociais e econômicas semelhantes, as(os) brancas(os), de maneira geral, levam vantagem.**

O estudo *Racial discrimination in grading: evidence from Brazil* (2015), de Fernando Botelho, Ricardo Madeira e Marcos A. Rangel, mostrou que **estudantes pretas(os), em relação a colegas brancas(os) igualmente proficientes, tendem a receber notas mais baixas em sala de aula – por mais que apresentem o mesmo desempenho no Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (Saresp)**. Por sua vez, os questionários do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), de 2019, indicam que, já no 5º ano do Ensino Fundamental, há um percentual maior de estudantes pretas(os) que foram reprovadas(os) uma vez (16% contra 12% entre as/os brancas/os) e duas vezes ou mais (6% contra 4%).

Outro aspecto relevante diz respeito à **formação das(os) profissionais em sala de aula**. O Iede analisou a questão em diferentes escolas: nas unidades com 50% ou mais de estudantes pretas(os), o índice de docentes com formação adequada foi de 40,7%; naquelas com 75% ou mais de estudantes pretas(os), o índice caiu para 38,2%. Embora o número de escolas consideradas no estudo seja pequeno – 42 no primeiro caso, 11 no segundo –, merece atenção a vulnerabilidade das unidades com maioria de estudantes pretas(os). E vale dizer que a exposição de dados como esses não visa culpabilizar as professoras e os professores, mas apontar para mais uma manifestação do racismo estrutural, sistêmico, no campo da educação. Diagnósticos educacionais podem ter como foco, por exemplo, uma única turma de estudantes, uma escola específica ou toda a rede de ensino. É nesse último caso que se concentra este guia. Afinal, dados obtidos em nível de rede permitem o desenho de políticas públicas e a implementação de ações sistêmicas, com potencial de reduzir as desigualdades em escala. Além disso, a partir dessas análises mais amplas pode-se constatar a necessidade de aprofundamento do diagnóstico em níveis mais granulares.

As pesquisas citadas neste documento abordam, sobretudo, as desigualdades entre estudantes brancas(os) e negras(os). No entanto, é preciso dizer que as desigualdades raciais presentes na educação brasileira também envolvem outros grupos – o das pessoas indígenas, por exemplo, cujos desafios ainda incluem a questão do idioma.

O guia, assim, não pretende esgotar a discussão sobre equidade racial, mas instigá-la. Por mais que os exemplos apresentados foquem, principalmente, os dois grupos citados acima, as orientações também servem para diagnosticar outras desigualdades educacionais relacionadas à cor/raça nas redes de ensino.

E ainda é importante citar outros fatores, além do racial, que podem impactar a trajetória escolar:

Situação socioeconômica

Mais uma vez, é um fator relevante, mas não o único.

Gênero e identidade de gênero

Pode haver expectativas e tratamentos diferenciados para as meninas e para os meninos. E ainda há a questão da identidade de gênero: a percepção que a pessoa tem de si mesma, independentemente do sexo biológico, pode não ser acolhida adequadamente na unidade.

Deficiência

Estudantes com qualquer tipo de deficiência precisam ter suas necessidades de ensino e de aprendizagem plenamente atendidas pela escola.

Filhos

A maternidade ou paternidade pode gerar abandono escolar – tanto para cuidar da(s) criança(s) quanto para entrar no mercado de trabalho.

Questões estéticas

Escolas com regras rígidas – e muitas vezes ultrapassadas e discriminatórias – a respeito da aparência das(os) estudantes di-

ficultam a criação de um ambiente diverso e acolhedor. Isso é percebido, por exemplo, quando a instituição determina que os meninos mantenham sempre o cabelo curto.

Oferta de biblioteca na escola

O efeito das bibliotecas é ainda mais positivo entre estudantes de escolas mais vulneráveis. É o que mostra o estudo *Retratos da leitura em bibliotecas escolares*, realizado pelo Instituto Pró-Livro (IPL), em parceria com o Instituto de Ensino e Pesquisa (Insper) e a empresa Oppen Social.

A gestão escolar

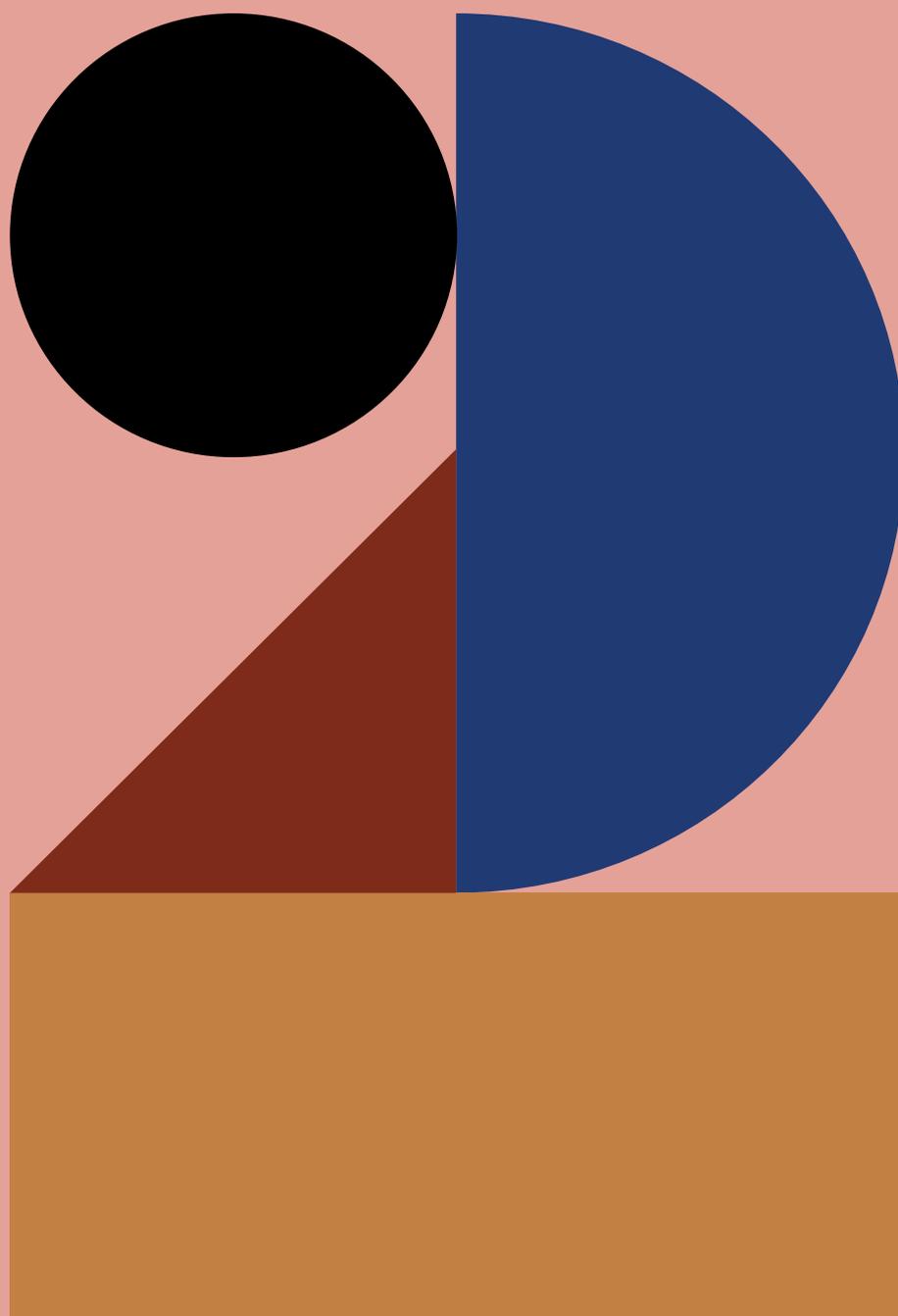
A maneira como a própria unidade é administrada interfere, é claro, nos processos de ensino e de aprendizagem. Em geral, instituições cujas(os) gestoras(es) se mostram mais cooperativas(os) tendem a apresentar melhores resultados.

Fatores geográficos e comunitários

Uma(um) aluna(o) que, por exemplo, mora longe da escola pode ter dificuldades relacionadas ao trajeto – como estradas em más condições ou tempo excessivo no deslocamento – e tornar-se mais passível à evasão ou ao abandono. Características sociodemográficas e culturais da comunidade à qual a(o) estudante pertence também devem ser consideradas. “É importante conhecer os ativos culturais existentes na região e como eles podem ser incorporados em atividades pedagógicas, até mesmo em comunidades percebidas como mais carentes”, comenta Sonya Douglass, professora do *Teachers College*, da Universidade de Columbia, nos Estados Unidos.

Por sua vez, um diagnóstico dedicado especificamente à questão da equidade racial pode garantir que as secretarias de educação e as escolas tenham informações qualificadas para a elaboração de políticas ligadas ao tema. **“Sem evidências concretas, não é possível medir o tamanho do abismo das desigualdades nem construir um mapa de possibilidades de intervenção.** Também não se consegue comunicar à população por que é indispensável investir em políticas de equidade”, afirma Caio Callegari, coordenador de inovações públicas no Instituto Unibanco e ex-secretário adjunto de educação da prefeitura de Mogi das Cruzes, em São Paulo.

As informações levantadas ainda podem ajudar a estruturar projetos de formação docente com o intuito de combater estereótipos e as baixas expectativas associadas a determinados perfis ou grupos de estudantes. “Quem bagunça em sala de aula não quer aprender”, “estudantes que não contam com o apoio dos pais não são capazes de avançar”, “jovens pobres têm sempre notas mais baixas”. Frases como essas não têm fundamento e, caso não recebam a devida atenção, acabam reforçando noções e atitudes racistas.



**As origens das
desigualdades**

Quais são as políticas e práticas que, ao longo da história do Brasil, forjaram o atual cenário de desigualdades raciais na educação? Quais processos prejudicaram a escolarização da população negra no País?

Última nação do ocidente a abolir a escravatura, o Brasil restringiu o acesso de pessoas negras às escolas formais até os momentos finais de seu período imperial (1822-1889). **Indivíduos privados de liberdade eram também privados do processo educativo.** Em 1871, a Lei do Ventre Livre determinou que, a partir daquele ano, as crianças nascidas de mulheres escravizadas seriam consideradas livres. Mas não se tratava de uma liberdade plena – na prática, elas não deixavam de ser “propriedade” dos “senhores” de suas mães –, e tampouco previa o direito à educação. **Em 1888, a Lei Áurea, enfim, decretou o término do sistema escravocrata, mas não considerou nenhum projeto que oferecesse perspectiva de trabalho ou inclusão social para a população ex-escravizada.**

Um plano nacional de educação foi desenvolvido somente no início do século xx. No livro *Diploma de brancura: política social e racial no Brasil*, o historiador Jerry Dávila destaca que as políticas educacionais da época foram fortemente influenciadas por teorias que pregavam a inferioridade racial das pessoas negras em relação às brancas, e que existia a crença de que as primeiras pudessem ser “salvas da degeneração”, por meio de uma instrução com padrões europeizados de cultura, higiene e comportamento. Portanto, **por mais que não tenha existido no País um regime deliberado de segregação racial – como havia nos Estados Unidos, por exemplo –, o sistema escolar brasileiro adotou medidas que legitimaram as desigualdades, com base em discursos pseudocientíficos e meritocráticos.**

Há registros de instituições educacionais que, no Brasil Império, apesar das restrições impostas por lei, acolheram a população negra e se consolidaram como espaços de resistência no período. Um exemplo é o Colégio Perseverança, fundado em 1860, no estado de São Paulo, por Antônio Ferreira Cesarino, filho de um escravizado alforriado. Voltada para meninas, a escola aproveitava as mensalidades das alunas da elite, brancas, para oferecer aulas gratuitas no período noturno para garotas negras. Outro caso é o de Pretextato dos Passos e Silva, ou professor Pretextato, homem negro que se alfabetizou – não se sabe exatamente como – e fundou a primeira escola para negros no Brasil, que funcionou entre 1853 e 1873.

A incessante luta dos movimentos negros – em especial a do Teatro Experimental do Negro, grupo criado pelo ativista e artista Abdias Nascimento – resultou no reconhecimento do preconceito racial na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1961. O texto condenava “qualquer tratamento desigual por motivo de convicção filosófica, política ou religiosa, bem como quaisquer preconceitos de classe ou de raça”.

Durante a ditadura militar (1964-1985), buscou-se uma homogeneização dos currículos e das instituições de ensino. No entanto, como aponta a socióloga Luciana Jaccoud, no livro *As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil 120 anos após a abolição*, foi deixada de lado qualquer discussão sobre a temática racial – o próprio tópico cor/raça foi retirado do censo demográfico de 1970.

Foi no processo de redemocratização, com a promulgação da Constituição de 1988, que ocorreram novas conquistas políticas em relação às questões raciais. **O racismo, por meio da Lei Caó (Lei nº 7.716, de 1989), foi reconhecido como crime inafiançável e imprescritível, a ser punido com pena de dois a cinco anos de reclusão.** Em 1993, o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) foi revisto com o intuito de coibir conteúdos que reproduzissem ideias discriminatórias contra as pessoas negras.

Nos anos 2000, duas leis trouxeram avanços importantes na luta antirracista, dentro e fora da escola: a Lei nº 10.639, de 2003, oficializou o 20 de novembro como o Dia Nacional da Consciência Negra e tornou obrigatório o ensino de história e culturas africana e afro-brasileira nos ensinos Fundamental e Médio; e a Lei nº 11.645, de 2008, instituiu a obrigatoriedade do ensino de história e cultura indígena.

É sempre bom refletir sobre **como os estudos de história e culturas africana, afro-brasileira e indígena estão presentes no currículo das escolas da sua rede.** Há espaço para discussões? Existe alguma preparação ou programa de formação para as professoras e os professores que abordam esses temas em sala de aula?



**Desafios para a
realização dos diagnósticos**

Conheça a seguir algumas das questões que podem atrapalhar a execução de um bom diagnóstico de equidade racial na sua rede de ensino – e possíveis formas de lidar com elas.

O mito da democracia racial

A ideia – bastante difundida, porém mítica, como vimos no capítulo anterior – de que a sociedade brasileira se fundamenta na plena igualdade social, racial e de direitos pode dar a impressão de que os diagnósticos de equidade racial não são tão necessários. Ariana Britto, gerente de políticas públicas do *Abdul Latif Jameel Poverty Action Lab (J-PAL)* e ex-coordenadora de produção de conhecimento do Centro de Excelência e Inovação em Políticas Educacionais da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ceipe), explica: **“O mito da democracia racial faz com que muitos acreditem que o problema é apenas socioeconômico, mas há uma questão de raça, sim. Por isso, primeiro precisamos mostrar dados e evidências de que há um problema que precisa ser discutido”**. Nesse sentido, cabe à Secretaria de Educação explicar às escolas a urgência do tema – sempre que possível, apresentando dados –, a fim de engajar a comunidade escolar na pesquisa.

A alta rotatividade docente

Além de afetar a produção dos diagnósticos em si, a instabilidade do quadro de professoras e professores pode comprometer os planos de ação elaborados com base nos resultados das pesquisas – e, ainda, contribuir para o aumento da discriminação, já que o corpo docente acaba não conhecendo bem o corpo discente, a escola e a comunidade do entorno.

Professor de economia da Universidade de São Paulo (USP) e sócio-fundador da *startup* Por A Mais B, especializada em transformar dados educacionais em ferramentas e aplicativos, Ricardo Madeira diz: **“Quando há políticas para deixar a(o) professora(or) mais tempo na escola, a relação da(o) educadora(or) passa a ser baseada em um conhecimento real sobre a(o) estudante, não em estereótipos”**. No mesmo sentido, José Joaquim Neto, diretor do Centro de Ensino em Período Integral Professor Pedro Gomes, afirma que a rotatividade desfavorece a continuidade da formação do grupo docente e seu conhecimento e proximidade com as(os) alunas(os).

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) avaliou a regularidade do corpo docente de escolas brasileiras de Educação Básica, entre 2018 e 2022. As categorias adotadas para medir essa regularidade foram: baixa, média-baixa, média-alta e alta. No total, 39,9% das professoras e dos professores estão nas categorias baixa e média-baixa. A região centro-oeste apresentou o pior índice, com 50,4% de profissionais nessas faixas.

A alta rotatividade docente é um problema na sua rede de ensino? Se sim, vale questionar:

- Isso acontece de forma generalizada ou apenas em algumas regiões ou escolas?
- A rede já levantou hipóteses quanto às causas dessa rotatividade?
- Como envolver o próprio corpo docente, as turmas de estudantes, seus parentes e outras pessoas da comunidade na elaboração de políticas para mudar esse cenário?

A falta de profissionais capacitadas(os) para a análise de dados

Especialmente em secretarias menores, essa questão pode ser vista como um grande desafio. No entanto, **não é necessário um conhecimento muito aprofundado sobre dados ou ferramentas tecnológicas para a realização de um diagnóstico simples, mas efetivo, de equidade racial**. Mesmo com escassez de recursos humanos e financeiros, é possível fazer análises satisfatórias – no município baiano de Mata de São João, por exemplo, o professor de matemática Valter Pimentel acompanha a frequência e o desempenho das turmas, por meio de planilhas *on-line* (o caso voltará a ser citado no capítulo 10, que apresenta experiências bem-sucedidas de diagnósticos e monitoramentos).

Caso sua rede opte pela contratação de profissionais externos ou de um instituto de pesquisa, é importante promover meios para que estes se familiarizem com a realidade local. De qualquer forma, Sonya Douglass, da Universidade Columbia, destaca que é fundamental **envolver a comunidade escolar no processo**. Ela sugere que professoras e professores trabalhem com estudantes mais velhas(os) em sala de aula – criando, por exemplo, um projeto de pesquisa em que estas(es) colem informações junto às suas famílias.

As diferentes formas de declaração de cor/raça nas bases de dados

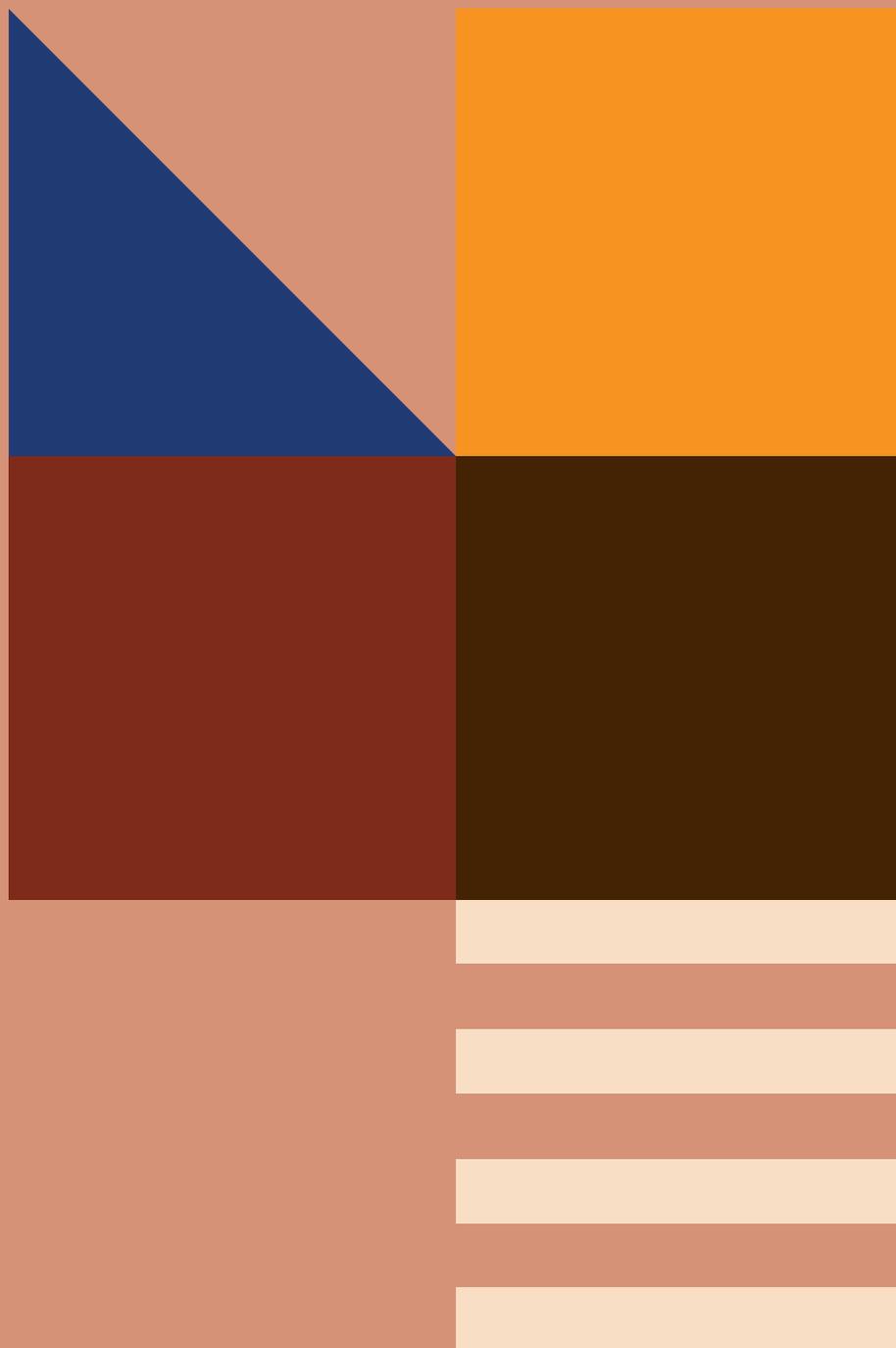
No Censo Escolar, por exemplo, os dados sobre cor/raça das(os) estudantes são os que foram declarados por seus pais ou responsáveis no ato da matrícula; já nos questionários do Saeb, eles são autodeclarados pelas(os) próprias(os) alunas(os). Evite misturá-los nos mesmos cálculos – ainda que, caso isso não seja possível,

mais valha um diagnóstico com informações coletadas de maneiras diferentes do que diagnóstico algum.

Além disso, no que diz respeito especificamente aos dados autodeclarados, vale lembrar que muitas(os) estudantes ainda não desenvolveram uma consciência de identidade étnico-racial, não compreendem a classificação ou têm receio de discriminação. Mesmo assim, segundo as pessoas entrevistadas para a elaboração deste documento, **o ideal é lançar mão de informações autodeclaradas sempre que possível**, tendo em vista uma maior consistência.

De acordo com o relatório *Inclusão, equidade e desigualdades entre estudantes das escolas públicas de Ensino Fundamental no Brasil (2022)*, lançado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), 24,8% dos formulários de matrícula usados para a elaboração do Censo Escolar de 2017 não traziam os dados referentes à cor/raça. Nesses casos, recomenda-se que o campo seja preenchido pelas(os) próprias(os) estudantes. Para isso, são necessários alguns cuidados a fim de garantir que a resposta seja a mais fidedigna possível:

- **Abordar a questão de duas maneiras distintas** – por meio de uma pergunta aberta – “como você se define em termos de cor/raça?”, por exemplo – e de uma pergunta fechada, considerando as categorias do IBGE – “entre amarelo, branco, indígena, pardo e preto, como você se define?”. Considere, sobretudo, a resposta da pergunta fechada, mas não despreze a da questão aberta, pois ela ajuda a verificar a coerência: uma aluna pode se declarar “loira” na resposta aberta e “amarela” na fechada, por exemplo, indicando que ela não entendeu o termo e declarou a raça de forma equivocada. Por essa razão, o ideal é que a pergunta aberta seja feita antes da fechada
- **Apresentar referências** – no caso de crianças menores, mostrar bonecos, fotos ou ilustrações de pessoas de diferentes cores/raças



Tipos de dados

Os diagnósticos de equidade racial na educação podem ser **quantitativos** ou **qualitativos**.

No primeiro caso, o olhar é para o coletivo. A ideia é entender a composição do quadro discente da unidade ou rede de ensino em termos de cor/raça, identificando diferenças específicas – nas taxas de aprovação e de reprovação, por exemplo – entre os grupos analisados.

No segundo caso, o olhar é subjetivo. Em vez de dados contabilizáveis, o estudo qualitativo tem como foco as experiências de vida, as impressões e as reflexões das pessoas pesquisadas.

A recomendação é que ambos os diagnósticos sejam realizados. Saiba mais sobre cada um a seguir.

Diagnóstico quantitativo

Pode ser feito a partir de informações já disponíveis em bases de dados nacionais – o Censo Escolar e os questionários do Saeb são os mais indicados para estudos com recorte racial – ou da própria rede, como boletins e registros disciplinares.

Nessa etapa, além de conhecer os percentuais de estudantes de acordo com a cor/raça, por exemplo, é possível **identificar e mensurar** questões como diferenças significativas em relação aos resultados educacionais ou às taxas de aprovação e de reprovação entre estudantes brancas(os) e não brancas(os).

Quanto mais variáveis, melhor: “**O diagnóstico de raça não deve vir sem os diagnósticos socioeconômico e de gênero.** O grupo mais vulnerável, segundo o que os estudos apontam, é o de ‘meninos negros pobres’. Ser negro é mais uma dimensão de todas as outras que podem colocar esse estudante na vulnerabilidade”, destaca Ariana Britto.

Busque refletir sobre cada uma dessas variáveis separadamente – o percentual de estudantes de cor preta, por exemplo – e, depois, cruze-as com as demais – o percentual de estudantes de cor preta por gênero, por localidade da escola (por exemplo, zona urbana ou rural) e por presença ou não de deficiência.

No processo de análise das informações da rede, você pode se deparar com dois termos recorrentes: **microdados** e **dados agregados**.

Os **microdados** são a menor fração das informações coletadas em uma pesquisa. Representam a unidade de coleta mais desagregada. Por exemplo: resultados individuais de estudantes, ou dados de infraestrutura de uma escola específica. Já os **dados agregados** são informações agrupadas em unidades mais amplas. Por exemplo: total de estudantes de cor preta, que se declaram do gênero feminino e frequentam escolas da zona rural; resultado médio de uma escola; ou dados de infraestrutura de uma rede municipal.

Ainda no âmbito dos diagnósticos quantitativos, **confira algumas dicas quanto à análise de dados disponíveis na própria rede de ensino:**

- **Relatórios de frequência em aulas *on-line* ou de entrega de atividades durante situações de emergência como a pandemia de Covid-19**, por exemplo, possibilitam a identificação dos grupos de estudantes que mais se ausentaram – e que provavelmente apresentam maior defasagem de aprendizagem. É importante analisar também os dados de anos anteriores, verificando se a tendência em questão podia ser observada
- **A análise das notas em avaliações** permite identificar eventuais padrões no desempenho, conforme a cor/raça das(os) estudantes. Uma sugestão é cruzar as informações dos boletins com as de avaliações externas – elaboradas pela própria rede ou pelo Ministério da Educação (MEC), como os questionários do Saeb. Nesses testes, a cor/raça das pessoas avaliadas é ignorada pelas pessoas que as avaliam, bem como seus históricos acadêmicos e familiares – portanto, a pontuação tende a ser mais objetiva, não havendo espaço para vieses que possam favorecer ou prejudicar determinados grupos. Caso haja uma discrepância significativa entre os resultados em avaliações externas e as notas atribuídas pela própria escola, faz-se necessária uma investigação cuidadosa, pois isso pode indicar comportamentos enviesados por parte da comunidade escolar, baixas expectativas em relação a determinados grupos de estudantes ou maior rigidez na correção de provas ou trabalhos feitos por eles
- Com base na **observação dos registros disciplinares** de cada escola, é possível identificar quais estudantes estão recebendo mais advertências ou tendo seus pais ou responsáveis acionados com maior frequência. Nesses casos, vale investigar se essas meninas e esses meninos têm de fato mais problemas disciplinares ou é a comunidade escolar que age de maneira mais rígida e punitiva em relação a elas e eles. É importante que a gestão tente entender as razões dos comportamentos em questão. Muitas vezes, a indisciplina decorre de complexos problemas pessoais ou familiares – e, ainda que não caiba à escola resolvê-los, um apoio pode fazer toda a diferença. Outras vezes, o mau comportamento é uma reação a algo que acontece dentro da própria escola – e, aí sim, é responsabilidade dela buscar soluções

Você sabe qual é a diferença entre **abandono** e **evasão** escolar?

O **abandono** escolar ocorre quando a(o) estudante deixa de frequentar as aulas durante o ano letivo.

Já a **evasão** diz respeito às(aos) alunas(os) que, aprovadas(os), reprovadas(os) ou que abandonaram durante o ano letivo, não se matriculam no ano seguinte para continuar os estudos.

Diagnóstico qualitativo

É necessário ir além dos números para entender o que pensam e como se sentem as(os) estudantes e profissionais envolvidas(os) no processo educacional, além de se informar sobre as práticas e os conteúdos curriculares. E uma forma de fazer isso é por meio dos diagnósticos qualitativos.

Em redes pequenas, com poucas unidades de ensino, a tarefa é mais simples. No entanto, de qualquer modo, trata-se de algo que a gestão não pode perder de vista, mesmo em secretarias de porte médio ou grande.

Os principais métodos de pesquisa qualitativa na área da educação são:

- **Roda de conversa ou grupo focal**

Reunião de pessoas para abordar determinado tema – o ideal é que sejam até dez participantes, para que todos possam falar. Um moderador conduz a discussão, evitando que esta se disperse. Em geral, a atividade dura de 30 a 90 minutos, para que não se torne cansativa

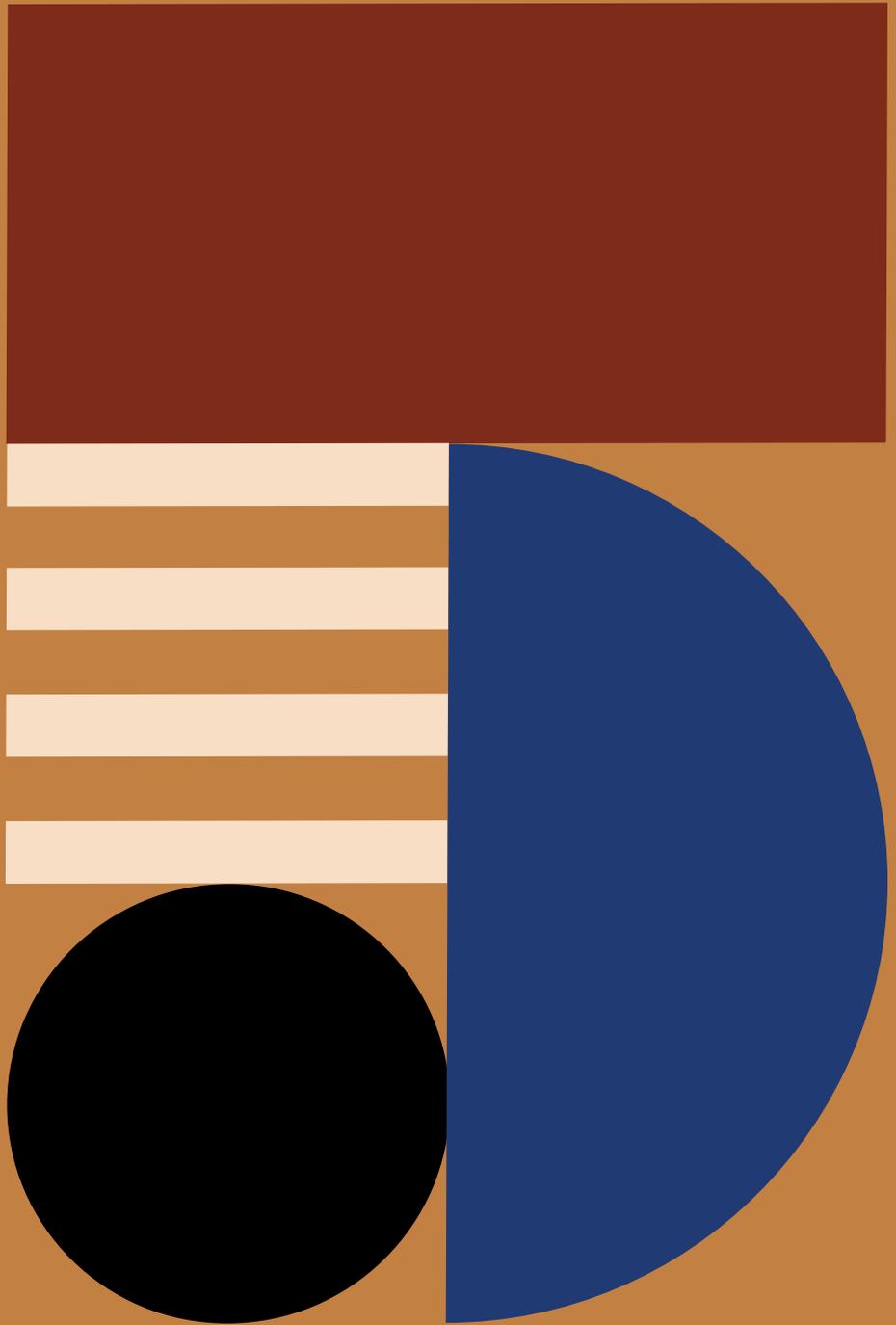
- **Tríade**

Conversa envolvendo três pessoas, ideal para aprofundar um tópico, pois cada participante tem mais tempo para se expressar. É especialmente relevante quando se quer abordar assuntos delicados, como os relacionados à cor/raça, já que as(os) participantes, em número reduzido, costumam se sentir menos inseguras(os) ou tímidas(os) para expor suas ideias. Ao mesmo tempo, na companhia dos pares, a tendência é que se soltem mais do que numa entrevista individual. Assim, para se obter melhores resultados, a sugestão é que a tríade seja formada por pessoas do mesmo grupo – só docentes, só gestoras(es) ou só estudantes, por exemplo

- **Entrevista**

Diálogo entre uma pessoa e uma(um) entrevistadora(or), que conduz a conversa com base em um roteiro livre ou semiestruturado, adaptando as questões de acordo com as respostas recebidas. A técnica também é adotada para a exploração de temas sensíveis e complexos. Logo no início, é fundamental explicar o motivo da conversa, sua dinâmica e duração, e a maneira como as informações serão utilizadas

- **Observação em sala de aula**
Método utilizado para que a direção e a coordenação da escola acompanhem as técnicas pedagógicas e a gestão de sala de aula. Professoras e professores devem estar cientes da observação e consentir com ela, sabendo de antemão quando acontecerá e quais pontos serão observados. Depois do processo, é fundamental que recebam uma devolutiva e orientações sobre como aprimorar, caso seja necessário, os aspectos analisados
- **Questionário**
Composto por perguntas abertas ou fechadas, é um instrumento interessante para se conhecer melhor a escola e a comunidade. Dependendo das questões e do tamanho da amostra, pode se configurar como método qualitativo ou quantitativo. No capítulo 6 são abordados alguns dos cuidados necessários na elaboração e aplicação de questionários, com sugestões de perguntas. “Tudo tem de ser coletivo, do diagnóstico às soluções”, alerta Tatiane Cosentino Rodrigues, professora do programa de pós-graduação em educação e ex-coordenadora do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). O motivo da aplicação do questionário, o que a rede pretende fazer com as informações coletadas e a importância de que as questões sejam respondidas da maneira mais sincera possível são tópicos que devem ser explicados às(aos) docentes



Primeiros passos

Antes de coletar os dados que estruturarão o diagnóstico, **é preciso entender bem seus objetivos e garantir que todas as pessoas envolvidas no processo estejam em sintonia.** Confira agora algumas dicas para esta etapa do trabalho.

As orientações não precisam ser seguidas à risca: podem ser feitas adaptações, de acordo com o tamanho da rede e com o nível de familiaridade da equipe com a realização de diagnósticos.

PASSO 1

Definir as questões para as quais a rede busca respostas

Por exemplo:

- A cor/raça das(os) estudantes interfere nos seus rendimentos?
- Há um grupo racial que, no período analisado, teve mais reprovações, abandonos ou evasões?
- Quais são as taxas de conclusão dos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental, segundo a cor/raça das(os) estudantes?
- É possível identificar as expectativas de aprendizagem, de acordo com a cor/raça das(os) estudantes?

PASSO 2

Definir o que a rede pretende fazer com essas respostas

Por exemplo:

- Investir na formação docente sobre a temática antirracista ou sobre o ensino de história e culturas africana e afro-brasileira
- Criar um programa de busca ativa das(os) estudantes mais vulneráveis ou que correm maior risco de abandono ou evasão escolar
- Desenvolver planos de recomposição de aprendizagem para estudantes que apresentam mais dificuldades
- Mobilizar outras secretarias, como a de assistência social e a de saúde, para a elaboração de planos de ação intersetoriais que apoiem famílias em contextos mais vulneráveis – via suportes socioemocional e alimentar, por exemplo

PASSO 3

Apresentar o projeto da pesquisa às(aos) gestoras(es) escolares

Após essa apresentação, a secretaria deve elucidar eventuais dúvidas e garantir que não haja ruídos de comunicação entre as unidades de ensino e que todas as pessoas envolvidas estejam cientes dos objetivos do estudo e da forma como ele será realizado – além de estarem engajadas na luta por uma educação equitativa.

PASSO 4

Criar um modelo de planilha *on-line*

O mesmo modelo de planilha – que pode ser feita por meio de programas como o *Google Sheets* – deve ser utilizado por todas as escolas da rede, para que as informações sejam organizadas da mesma forma. É interessante já definir, também, a periodicidade do preenchimento – semanal ou quinzenal, por exemplo.

O ideal é que **cada escola designe uma pessoa como responsável pelo preenchimento da planilha**. Em seguida, é preciso que essa pessoa receba a **formação necessária para assegurar que a tarefa seja feita corretamente e de maneira padronizada em todas as unidades de ensino** – facilitando os processos de organização e de análise dos dados.

Confira [neste link](#) um modelo de planilha no qual a secretaria pode se basear para criar um documento padrão para a rede – evitando a necessidade de cruzar informações de planilhas distintas.

É uma boa prática incluir no documento o código que o Inep estabelece para cada estudante. Isso facilitará o posterior cruzamento de dados na secretaria.

Embora a planilha traga uma coluna com o nome das(os) alunas(os) – auxiliando a inserção de informações referentes a cada uma(um) delas(es) –, não é recomendado repassar dados pessoais à secretaria. Portanto, **a orientação é que a escola tenha uma planilha exclusivamente para uso interno – e, quando for encaminhar as informações para a secretaria, faça uma cópia do arquivo, excluindo a coluna com a identificação das(os) estudantes e mantendo apenas o código do Inep de cada uma(um)**. Ambas as versões devem ser armazenadas de forma que apenas as(os) profissionais diretamente envolvidas(os) na pesquisa consigam acessá-las. A secretaria pode organizar esses materiais em pastas – uma para cada escola –, que, por sua vez, também só poderão ser acessadas pelas respectivas unidades de ensino.

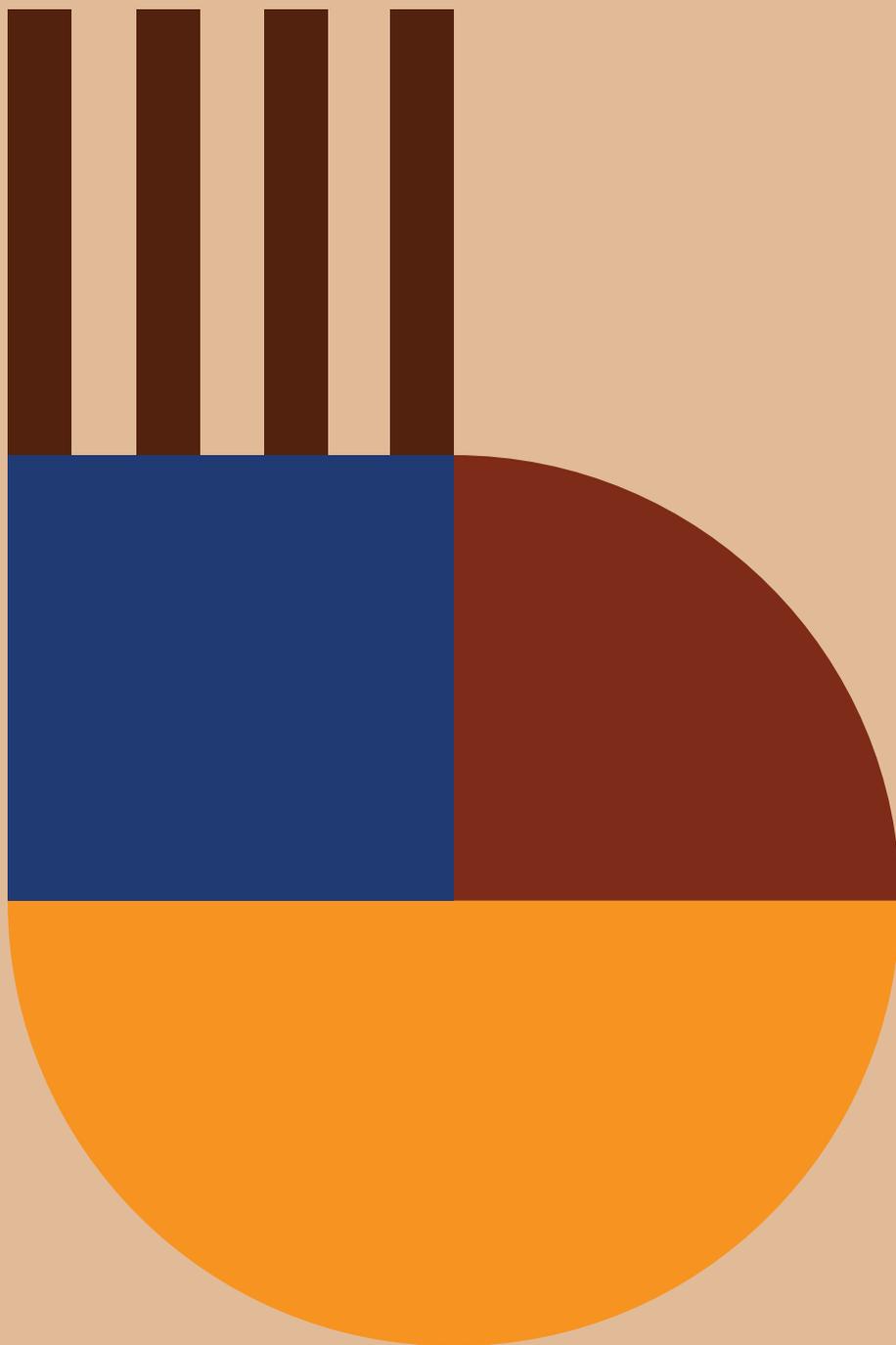
É fundamental que a secretaria não dependa de uma única empresa ou pessoa nos processos de diagnóstico – tanto do ponto de vista tecnológico quanto do de recursos humanos –, evitando que o conhecimento acumulado se perca, caso ela se desligue da rede. Pense em formas de fazer um diagnóstico com independência. O ideal é criar, dentro da secretaria, um grupo que execute todos os processos de forma documentada, permitindo a outras pessoas dar sequência ao trabalho, se necessário.

Caio Callegari ressalta que **parcerias com universidades e com o terceiro setor podem ser muito relevantes**, especialmente quando a secretaria não conta com profissionais preparadas(os) para o trabalho com dados. E a troca de saberes pode trazer resultados mais robustos e confiáveis para a tomada de decisões. No âmbito escolar, uma iniciativa bem-vinda é ter uma ou mais pessoas focadas em pensar e promover alternativas pedagógicas com base nos resultados.

Envio dos dados à secretaria

Caso as informações não tenham sido coletadas pela própria secretaria, é preciso que as escolas combinem como será feito o envio. Mais uma vez, a recomendação é não compartilhar dados pessoais das(os) estudantes – nome completo, RG, CPF etc. Além disso, os levantamentos devem ser acessados exclusivamente por quem irá analisá-los.

A Lei nº 13.709, de 2018, também chamada de Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), entrou em vigor em 2020 e trouxe mudanças importantes em relação ao uso de dados pessoais. [Clique aqui](#) para acessar o texto.



**Criando e aplicando
questionários**

O uso de questionários tem várias vantagens. Eles podem ser aplicados a um grande número de pessoas, por exemplo, e dar a elas a possibilidade de permanecerem anônimas e de escolher o momento mais adequado para o preenchimento dos campos. Além disso, os gastos costumam ser menores e a equipe de pesquisa responsável pela análise das respostas desconhece os aspectos pessoais dos indivíduos entrevistados.

A seguir, confira alguns **pontos importantes para a elaboração das questões**:

- As **opções de resposta para a pergunta devem contribuir para a análise final** que se pretende fazer
- Mesmo oferecendo o maior número possível de opções de resposta, **acrescente o campo “outras(os)”**
- **As questões devem ser objetivas e o questionário, enxuto.** Não existe um número ideal de perguntas, mas há um entendimento de que, quanto mais questões, menor a qualidade das respostas. Assim, evite desviar o foco. Para cada diagnóstico, uma avaliação
- **Atenção ao vocabulário**, certifique-se de que a pessoa entrevistada tenha condições para entender o enunciado e para responder à questão. Nesse sentido, pode ser uma boa elaborar as perguntas em colaboração com indivíduos já potencialmente afetados pelas desigualdades analisadas. Sonya Douglass, professora da Universidade Columbia, aponta essa colaboração como algo essencial, inclusive: “A rede de ensino nunca deve implementar nada **para** as(os) mais vulneráveis, mas sempre **com** elas(eles)”; e lembra que “essas pessoas devem ser remuneradas por seu tempo ao ajudar a articular as questões”
- Considere **testar o questionário antes de aplicá-lo**. Pode ser um teste informal, com pessoas do seu entorno, por exemplo, ou um mais formal, com representantes do público-alvo. Desta forma, você e sua equipe podem prever eventuais ruídos de comunicação e fazer as mudanças necessárias para solucioná-los

Preparado o questionário, é chegada a hora de aplicá-lo:

- Informe a comunidade escolar, de maneira cuidadosa e responsável, sobre a realização da pesquisa. **O questionário não é uma ferramenta de controle**, e nem pode se parecer com uma, para não criar resistências. Portanto, **explique detalhadamente a importância da coleta dos dados e a análise que será feita a partir deles**. Segundo Tatiane Cosentino Rodrigues, da UFSCar, “não saber por que determinada informação é solicitada e como ela será usada gera insegurança. Muitas famílias ‘branqueiam’ suas(seus) filhas(os) como estratégia de proteção”

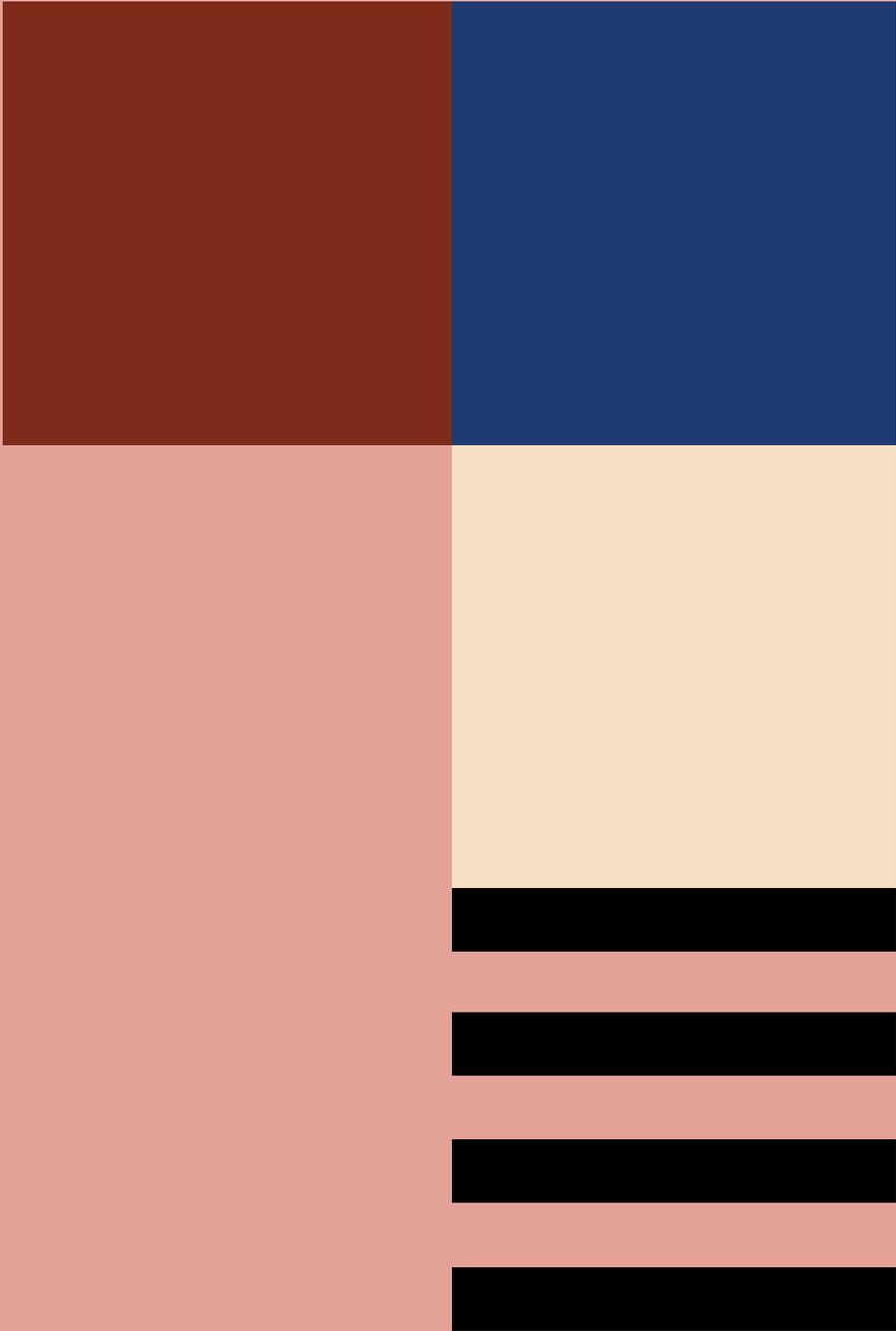
- Ainda sobre essa comunicação, deve-se **ênfatizar que os dados não serão compartilhados de forma individualizada** – ou seja, que a rede usará as informações apenas para fins estatísticos, e não pessoais. Isso vale tanto para pesquisas com estudantes ou com suas(seus) responsáveis quanto com docentes ou gestoras(es)
- No caso de pesquisas envolvendo a equipe da escola, **assegure que as(os) funcionárias(os) não serão responsabilizadas(os)** pelos eventuais pontos negativos que forem mapeados
- Se a pesquisa for realizada ao vivo, **certifique-se de que a equipe de pesquisa esteja apta para elucidar possíveis dúvidas** das pessoas respondentes
- Também no caso de pesquisas ao vivo, **se forem realizadas com pais ou responsáveis, programe a avaliação para um sábado ou um horário durante a semana em que a maioria possa participar**

Sugerimos aqui algumas questões que podem integrar um **questionário de autoavaliação para professoras e professores**. As perguntas – abertas, neste caso – ajudam a diagnosticar os níveis de conhecimento e de sensibilidade do corpo docente quanto ao tema da desigualdade racial:

- Você já fez algum curso de formação sobre inclusão, diversidade ou combate ao racismo?
- Você conhece pesquisas e estatísticas ligadas aos impactos do racismo na trajetória escolar de crianças e jovens?
- Quantas autoras negras e quantos autores negros você apresentou às suas turmas recentemente? E indígenas?
- Você acha que suas turmas se sentem representadas na literatura trabalhada atualmente em sala de aula?
- Os conteúdos que você tem apresentado contemplam as diversidades de gênero e étnico-raciais? Se sim, esses conteúdos abordam de maneira positiva essa diversidade?
- Quantas vezes você escolheu uma estudante negra ou um estudante negro para liderar uma atividade no último semestre?
- Quantas professoras negras e quantos professores negros trabalham na escola em que você leciona?

- Você conhece a Lei nº 10.639/2003?
- Nas últimas vezes em que você abordou o racismo e as culturas negras em sala de aula, as discussões estavam relacionadas à escravidão ou ao período colonial?
- Você dá a mesma atenção para todas as pessoas em sala de aula, independentemente de cor/raça?
- No último semestre, quantas vezes você usou palavras positivas e elogios para se referir às alunas negras e aos alunos negros?

FONTES: Tatiane Cosentino Rodrigues e questionário desenvolvido pela plataforma [Porvir](#).



**Como utilizar
datos públicos**

O Brasil conta com muitas bases de dados para a construção de diagnósticos e o cruzamento de informações. A seguir, as principais delas.

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) e Pnad Contínua

A Pnad foi encerrada em 2016, com a divulgação das informações referentes a 2015, e então foi substituída pela Pnad Contínua, com metodologia atualizada e uma cobertura territorial mais abrangente. Divulgada trimestralmente, traz indicadores relevantes para compreender o desenvolvimento socioeconômico do País. A pesquisa é feita a partir de uma amostra de municípios e oferece dados nos níveis nacional, por grandes regiões, por estado e por regiões metropolitanas, que incluem as capitais. Não há, portanto, dados no nível dos municípios – exceto em relação às capitais. Entre os levantamentos realizados estão os seguintes, que podem ser úteis em diagnósticos de equidade racial:

- Taxa de analfabetismo entre pessoas de 15 anos ou mais, por cor/raça e idade
- Número médio de anos de estudo entre pessoas de 15 anos ou mais, por cor/raça e idade
- Pessoas de 14 anos ou mais, por cor/raça e nível de instrução
- Pessoas de 14 anos ou mais, por cor/raça e anos de estudo
- Estudantes do Ensino Superior, por cor/raça e tipo de curso
- Pessoas que frequentaram o Ensino Superior, por cor/raça e tipo de curso
- Pessoas de 15 anos ou mais que frequentaram escola, por cor/raça e curso mais elevado que frequentou

Acesse os principais bancos de dados da Pnad:

[Microdados da Pnad Contínua](#)

[Pnad Contínua 2022 – Educação](#)

[Banco de dados do IBGE com indicadores da área de educação](#)

Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb)

Aplicado pelo Inep a cada dois anos na rede pública e em uma amostra da rede privada, o Saeb reflete os níveis de aprendizagem das(os) estudantes avaliadas(os). Os questionários são preenchidos por estas(estes) e, aproximadamente, uma(um) a cada dez não responde à questão ligada à cor/raça – uma boa taxa para a construção de diagnósticos raciais, ainda mais em comparação com a de outras bases (a do Censo Escolar, por exemplo, é de uma/um a cada quatro). A seguir estão algumas das perguntas que integram a avaliação e que podem embasar estudos com recorte racial – as questões são do Saeb 2019 e foram elaboradas para estudantes do 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e do 3º ano do Ensino Médio:

- Você já foi reprovada(o)?
- Alguma vez você abandonou a escola, deixando de frequentá-la até o final do ano escolar?
- Quando terminar o Ensino Fundamental/Médio você pretende:
 - Somente continuar estudando
 - Somente trabalhar
 - Continuar estudando e trabalhar
 - Ainda não sei
- Você concluiu o Ensino Fundamental na Educação de Jovens e Adultos (EJA), antigo supletivo?

A avaliação ainda traz esta questão para a direção da escola:

- Nesta escola, há projetos com as temáticas relações étnico-raciais e racismo?

Acesse os bancos de dados do Saeb:

[Microdados do Saeb desde 1995](#)

[Questionários do Saeb 2019 respondidos por secretárias\(os\), diretoras\(es\), professoras\(es\) e estudantes](#)

Censo Escolar

Coordenado pelo Inep, é o principal instrumento de coleta de informações da Educação Básica. Todas as escolas do País, públicas e privadas, participam da pesquisa, realizada em colaboração com secretarias estaduais e municipais. As questões do Censo Escolar abordam aspectos importantes que não são considerados em outras bases de dados: no âmbito da escola, se há reserva de vagas para

grupos específicos – pessoas autodeclaradas pretas, pardas ou indígenas – e se os materiais adotados contemplam temas étnico-raciais.

Acesse os principais bancos de dados do Censo Escolar:

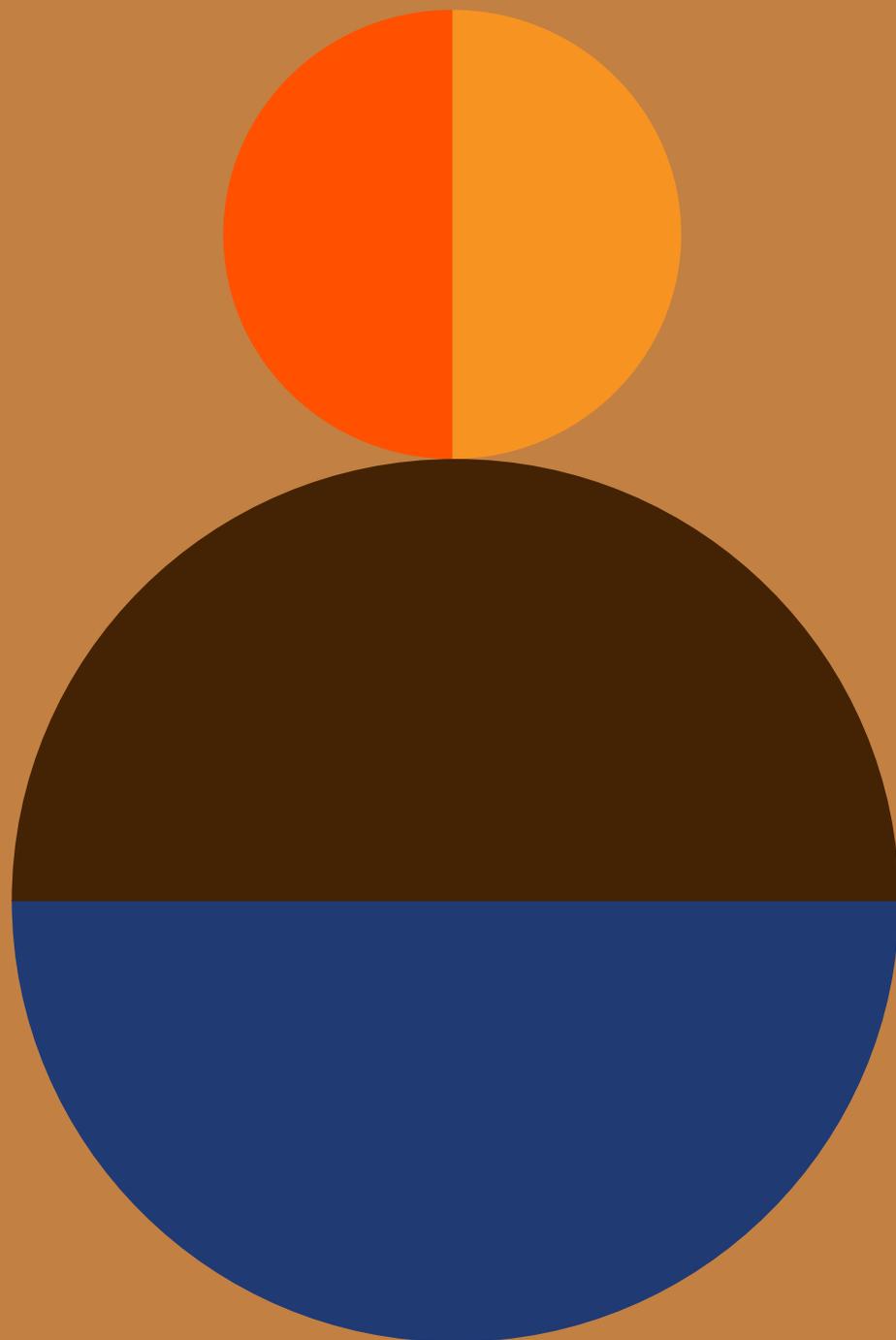
[Microdados do Censo Escolar da Educação Básica](#)

[Sinopses Estatísticas — Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais](#)

[Anísio Teixeira | Inep \(www.gov.br\)](#)

Exemplos de utilização dos dados

- A partir do Saeb 2019, o Iede tabulou dados sobre a aprendizagem das(os) estudantes segundo sua cor/raça. Os números mostram que, em todos os estados brasileiros, independentemente da disciplina avaliada – língua portuguesa ou matemática –, tanto no 5º ano como no 9º ano do Ensino Fundamental, é menor o percentual de estudantes pretas(os) com aprendizado adequado em relação ao de estudantes brancas(os) de mesmo nível socioeconômico. Entre as(os) estudantes do 5º ano e de alto nível socioeconômico, há 74,8% de brancas(os) e 48,9% de pretas(os), com aprendizado adequado em língua portuguesa; em matemática, considerando o mesmo grupo, as taxas são de 67% e 40,1%, respectivamente. [Saiba mais aqui](#)
- Com base em dados do Censo Escolar, o estudo *Trajetórias educacionais como evidência da qualidade da educação básica brasileira*, de José Francisco Soares, Maria Teresa Gonzaga Alves e José Aguinaldo Fonseca, descreve as características de estudantes com trajetórias regulares – ou seja, sem reprovações – e com intercorrências – reprovação, abandono e evasão uma ou mais vezes –, considerando o período de 2007 a 2015. A análise mostra que 64,9 das(os) alunas(os) brancas(os) e 42,5% das(os) pretas(os) têm trajetória regular. O recorte por raça, gênero e nível socioeconômico (NSE) também evidencia as desigualdades: as meninas brancas de NSE alto têm uma probabilidade de 0,78 de ter uma trajetória regular e os meninos pretos de NSE mais baixo têm probabilidade de 0,20. [Saiba mais aqui](#)



Divulgando os resultados

Como já foi dito, diagnósticos de equidade racial na educação envolvem informações extremamente sensíveis. **Dados sobre um indivíduo são confidenciais e servem para fins estatísticos, e jamais devem ser abordados publicamente.** Em apresentações ou reuniões com a comunidade, portanto, não cite estudantes ou educadoras(es) de forma individualizada, tampouco apresente informações que permitam identificar a unidade de ensino à qual pertencem.

No nível da escola, é imprópria a divulgação de dados, tanto quantitativos quanto qualitativos, já que as pessoas que participaram da pesquisa podem se reconhecer – ou ser reconhecidas – nos números apresentados. E isso acaba gerando ainda mais estigmatização.

Já no nível do município, a depender do número de respondentes, ou do estado, resultados de diagnósticos quantitativos podem ser compartilhados. O grande número de pessoas respondentes dificulta a atribuição dos resultados a estudantes específicas(os).

“É preciso apresentar os aspectos que revelam as desigualdades sem culpabilizar ninguém. Devemos mostrar que certas desigualdades existem e que vamos trabalhar para eliminá-las”, afirma Caio Callegari.

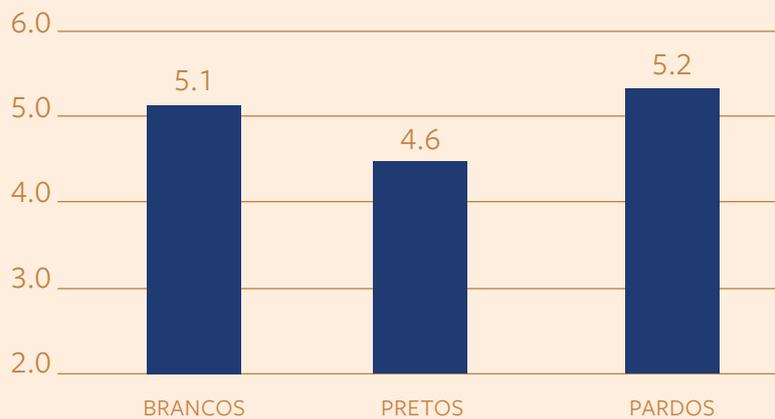
O que, então, deve-se fazer?

- Descreva, de forma geral, **como os cálculos e as análises foram feitos**
- Explique o que os dados revelam, **destacando que eventuais diferenças de desempenho não têm relação com inteligência ou capacidade de aprender, mas, sim, com fatores como falta de incentivo ou baixas expectativas**
- Divulgue **dados complementares que mostrem como o desempenho em sala de aula é reflexo de situações diversas** pelas quais as(os) estudantes passam ao longo de suas trajetórias

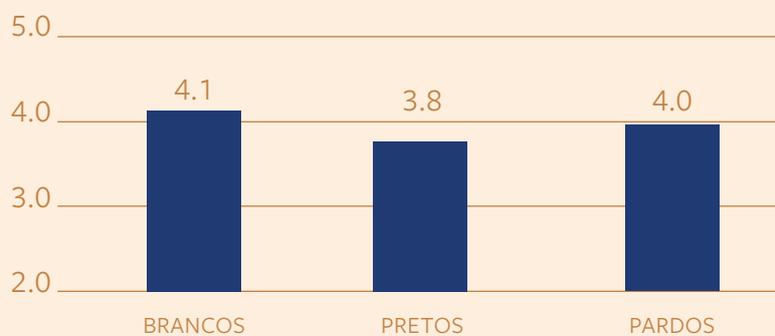
A seguir, **confira um exemplo de divulgação de dados em nível municipal**. A pesquisa teve como foco o desempenho de estudantes brancas(os), pardas(os) e pretas(os) da rede pública no Saeb de 2017, de acordo com o nível socioeconômico (NSE).

Os três primeiros gráficos se referem aos 20% de estudantes de **menor NSE**:

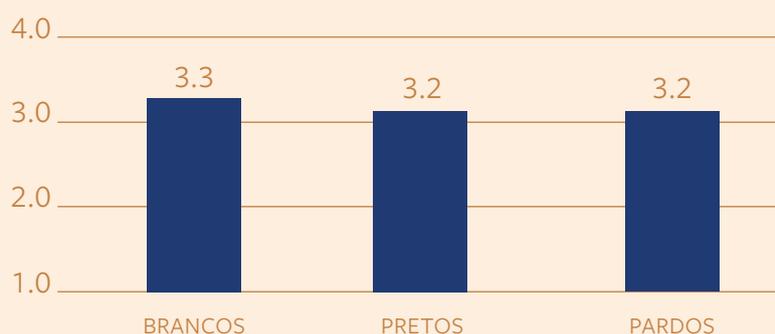
IDEB DO 5º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL



IDEB DO 9º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL



IDEB DO 3º ANO DO ENSINO MÉDIO

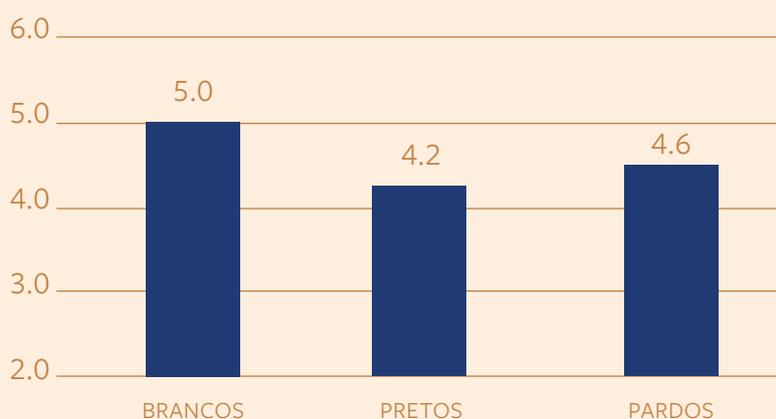


Os próximos gráficos, por sua vez, referem-se aos 20% de estudantes de **maior NSE**:

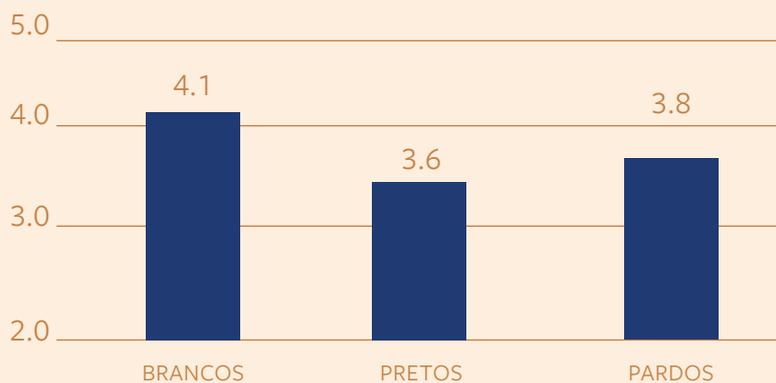
IDEB DO 5º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL



IDEB DO 9º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL



IDEB DO 3º ANO DO ENSINO MÉDIO



FONTE DOS GRÁFICOS:
IEDE (A PARTIR DE
DADOS DO SAEB 2017)

- **Tente engajar a comunidade na busca por soluções**, apresentando os próximos passos e o que a rede pretende fazer com base nos resultados obtidos
- Esses resultados revelam que:**

- Há um grande hiato entre estudantes brancas(os) e pretas(os) – e, em menor grau, entre brancas(os) e pardas(os) – em relação ao desempenho escolar, independentemente da etapa de ensino
- O fator socioeconômico acentua as desigualdades. Entre as(os) estudantes brancas(os) e pretas(os) de maior NSE, elas são mais evidentes – diferença de 1,3 ponto no 5º ano do Ensino Fundamental, por exemplo, considerando somente a rede pública. Entre as(os) de menor NSE, na mesma etapa de ensino, a diferença é de meio ponto

Assim, a conclusão é que, de fato, há um problema de desigualdade racial na rede em questão. E as diferenças de desempenho vão além do fator socioeconômico – que, no entanto, também tem seu impacto.



**Transformando
os resultados**



Uma vez concluído e divulgado, um diagnóstico não pode ser alterado. Mas os problemas identificados por ele – estes, sim – podem e devem ser transformados. Assim, recomenda-se **monitorar tanto as desigualdades mapeadas na rede quanto a eficiência das intervenções adotadas**. E isso pode ser feito por meio de **indicadores educacionais**.

Enquanto os diagnósticos permitem visualizar o estado da equidade racial **num dado momento**, o monitoramento dos indicadores possibilita a análise da questão **ao longo do tempo**. De certa forma, é como se os diagnósticos funcionassem como fotografias e o monitoramento dos indicadores, como filme.

Os dados que compõem esses indicadores devem ser objetivos – caso contrário, sua padronização se torna bastante complexa. Digamos, por exemplo, que sua rede queira criar um indicador para aferir o clima escolar, de acordo com a opinião das(os) estudantes: em vez de aplicar um questionário com perguntas abertas – o que geraria muitas respostas diferentes, difíceis de serem agrupadas –, seria melhor pedir para que as(os) participantes atribuíssem uma nota de 0 a 5 ao clima da escola, oferecendo ou não a opção de justificar a pontuação.

Além disso, para que os indicadores sejam efetivos, é primordial que a rede tenha **metas bem definidas, tangíveis e com prazo para serem concretizadas**.

A criação de indicadores não pode ser vista como uma tarefa complexa. Ao contrário: **um bom indicador é um indicador de fácil execução e compreensão**. Trata-se de um aliado da gestão, capaz de ajudar a entender a realidade e a medir os resultados de políticas educacionais.

INDICADORES QUE PROMOVEM A EQUIDADE RACIAL DE FORMA IMPLÍCITA

Indicadores que ajudem a monitorar a aprendizagem das(os) estudantes com menor desempenho ou trajetórias mais irregulares estarão promovendo de forma implícita a equidade racial – já que, como mostram as pesquisas apresentadas neste guia, há mais alunas(os) pretas(os) do que brancas(os) nessas situações.

Um exemplo é o Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo (IdeSP). Esse indicador tem como bases o fluxo escolar e o desempenho das(os) estudantes no Saesp: quanto maior o número de estudantes nos níveis mais avançados de aprendizagem, mais próxima de dez é a nota da escola ou do município. Portanto, ao estimular unidades e redes a diminuírem o percentual de alunas(os) nos níveis mais baixos, a ferramenta acaba promovendo, implicitamente, a equidade racial.

INDICADORES QUE PROMOVEM A EQUIDADE RACIAL DE FORMA EXPLÍCITA

Já os indicadores que calculam o desempenho de estudantes de acordo com cor/raça, por exemplo, promovem a equidade racial de forma explícita.

Um exemplo é o Indicador de Desigualdades e Aprendizagens (IdeA), que analisa, em cada município brasileiro, as desigualdades de aprendizagem entre di-

ferentes grupos, definidos por nível socioeconômico, raça ou gênero. O [site do indicador](#) reúne uma série de pesquisas e entrevistas com especialistas, dentre outros conteúdos.

Um cenário de equidade racial na educação não é aquele em que todas(os) as(os) estudantes apresentam o mesmo desempenho, mas, sim, aquele em que as diferenças de desempenho não se devem à cor/raça delas(es).

Em certas circunstâncias, o esforço para garantir que todas(os) as(os) alunas(os) obtenham resultados exatamente iguais pode fazer com que a média geral caia. E também não se deve esperar que, uma vez adotada ou alterada uma política, todas as escolas da rede evoluam no mesmo ritmo – buscar isso pode penalizar as unidades que estão se destacando positivamente. **Diferentes contextos impõem diferentes ritmos para a evolução.** Assim, cabe à gestão manter-se atenta às mudanças e investigar por que determinadas escolas estão melhorando ou não os seus resultados.

Há escolas que, buscando elevar a média de desempenho entre suas(seus) alunas(os), acabam jogando contra as regras – induzindo estudantes que costumam tirar notas mais baixas a faltar nos dias dos exames, por exemplo, ou treinando um grupo específico para resolver os tópicos considerados mais difíceis das avaliações. Também chamadas de *gaming*, estratégias como essas podem melhorar a colocação da unidade nas pesquisas, mas, obviamente, não resultam em ganhos reais de aprendizagem.

Confira a seguir alguns **exemplos de indicadores que podem ser adotados com base nos resultados dos diagnósticos**:

- Se for identificado que estudantes pretas(os) são mais reprovadas(os) ou abandonam mais a escola em comparação com as(os) brancas(os), é possível criar um indicador que olhe para as **taxas de rendimento**, estabelecendo metas para que a diferença entre os grupos seja cada vez menor
- Se o diagnóstico mostrou que as taxas de reprovação e de abandono entre os grupos são equiparáveis ou têm diferenças não expressivas, e que o problema maior está no **desempenho**, então, o indicador deve olhar para isso, buscando garantir que a rede implemente ações para elevar a aprendizagem dos membros dos grupos mais vulneráveis

- Pode ser que haja desafios importantes em diversas áreas – menor conclusão de etapa, resultados educacionais inferiores e maior reprovação, por exemplo. Nesses casos, uma opção é criar **um indicador único que olhe para componentes diferentes**, dando um peso específico a cada um deles. É o caso do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), que avalia, ao mesmo tempo, aprendizagem e fluxo escolar

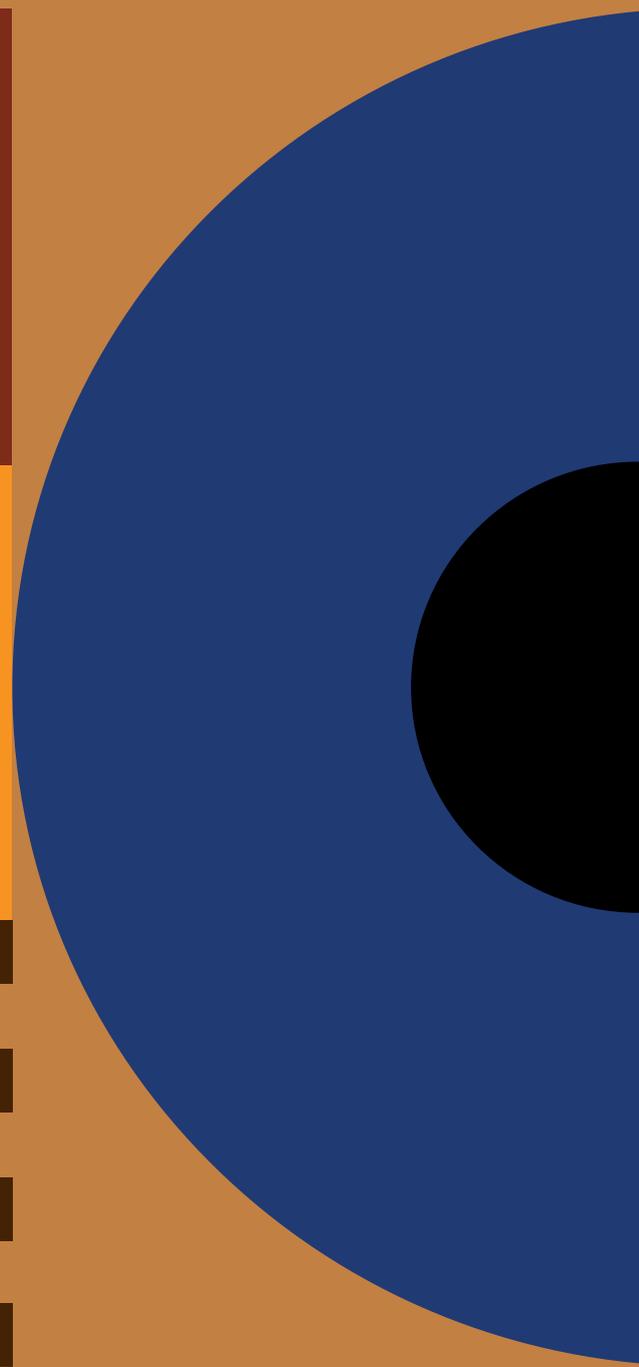
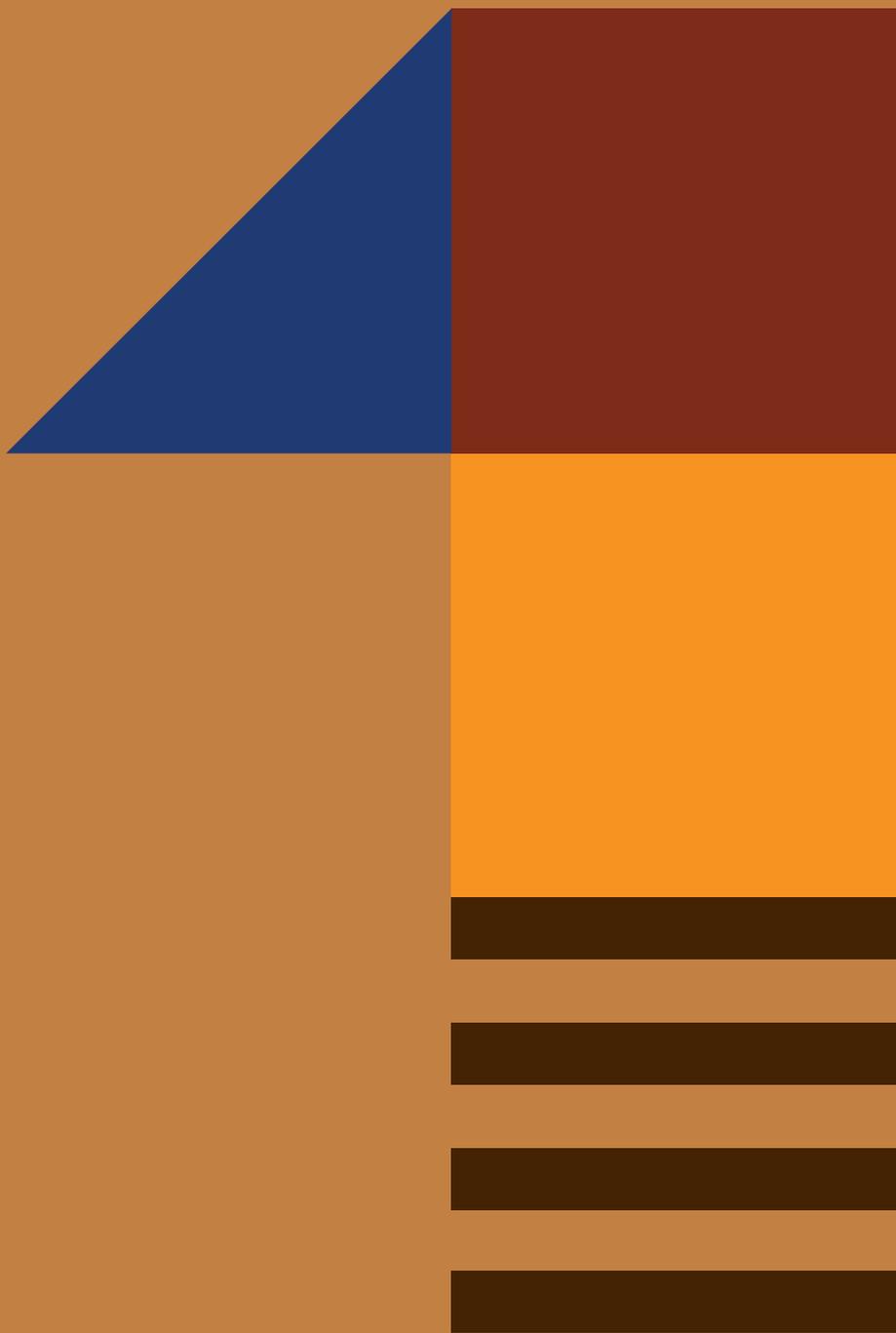
Conhecer para mudar

Conhecer profundamente escolas, docentes e estudantes – bem como as comunidades às quais pertencem, com seus contextos socioeconômicos e culturais – é fundamental para promover a equidade racial na educação.

Para educar com equidade, precisamos antes educar nossos olhos e ouvidos, a fim de identificar o racismo no cotidiano – nas palavras, nos gestos ou nos silêncios, por meio dos quais as situações de discriminação são negadas, naturalizadas ou invisibilizadas.

O material *Indicadores da qualidade na educação: relações raciais na escola*, publicado em 2013 pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), pela associação Ação Educativa e pelo Ministério da Educação (MEC), traz um conjunto de **atitudes que contribuem para a luta contra o racismo nas escolas** – e que são bem-vindas em qualquer momento, antes, durante ou depois da realização de um diagnóstico:

- Intervenção imediata em casos de xingamentos, piadas e apelidos discriminatórios
- Quebra do silêncio diante de manifestações racistas
- Distribuição de afeto e atenção
- Fortalecimento das relações de amizade
- Valorização das estéticas negras
- Valorização das meninas e mulheres negras
- Abordagem da indisciplina sem exclusão
- Construção positiva da noção de pertencimento racial
- Democratização do acesso aos lugares de poder



Boas práticas



Conheça aqui **bons exemplos de diagnósticos raciais e de ações adotadas a partir deles**. Os casos relatados são de redes de ensino de São Paulo, da Bahia e de Goiás.

Município de São Carlos (SP)

Tatiane Cosentino Rodrigues, professora da UFSCar, compartilhou um caso bem-sucedido de diagnóstico realizado pela instituição em diversas escolas da rede pública do município do interior paulista, com o apoio do programa Observatório da Educação (Obeduc), sob coordenação da professora Anete Abramowicz. O processo começou com a aplicação de questionários: as questões foram entregues aos pais ou responsáveis das crianças por professoras e professores já conhecidas(os) delas. Antes, porém, passaram por um treinamento para se familiarizarem com a classificação adotada pelo IBGE – o encontro ocorreu em um sábado, para que mais pessoas pudessem participar. Uma vez concluído o diagnóstico, estudantes e suas famílias foram convidados para uma apresentação dos resultados e das ações elaboradas a partir deles. Segundo Tatiane, “a participação das professoras(es) da própria rede teve um efeito positivo para o bom desenvolvimento da pesquisa e transformou a forma como elas percebiam a relação família e escola”.

Município de Mata de São João (BA)

Um bom diagnóstico não requer tantos recursos. A organização dos dados pode ser feita por meio de ferramentas relativamente acessíveis, como o *Microsoft Excel* ou as planilhas oferecidas pelo *Google Sheets*. É o que acontece em Mata de São João, cidade baiana com cerca de 47 mil habitantes. Professor de matemática, Valter Pimentel é quem colhe as informações das 36 escolas locais e organiza os dados de toda a rede para a Secretaria Municipal de Educação. Ele criou um sistema simples e eficaz para verificar a frequência e o desempenho das(os) estudantes: cada unidade de ensino tem uma aba no programa do *Google*, e cada aba, por sua vez, é diariamente atualizada pela diretoria ou por uma pessoa designada por ela para a tarefa. Essas informações também são compartilhadas com a equipe responsável pelas merendas, evitando tanto a falta de alimento quanto o desperdício dele.

Valter tem acesso à planilha de todas as escolas e, assim, incrementa a base de dados da secretaria quase todos os dias. Ele ressalta que nenhuma informação é compartilhada diretamente com as escolas, a fim de evitar comparações. Nem mesmo a equipe da secretaria ou o secretário de educação tem acesso totalmente liberado ao sistema: os arquivos são disponibilizados apenas para visualização, sem permissão para editar o conteúdo, eliminando a chance de que algum item seja excluído ou alterado por descuido.

A estratégia adotada em Mata de São João talvez não seja viável em outras redes de ensino do País. Nas maiores, é praticamente impossível para a(o) profis-

sional de dados coletar manualmente todas as informações – nesses casos, faz-se necessário um sistema automatizado. Contudo, em redes menores, pode ser uma solução simples e efetiva.

Município de Goiânia (GO)

Localizado em uma região operária e comercial da capital goiana, o Centro de Ensino em Período Integral Professor Pedro Gomes foi uma das escolas reconhecidas no estudo *Excelência com equidade no Ensino Médio*, realizado em 2019 pelo Iede, em parceria com a Fundação Lemann, o Instituto Unibanco e o Itaú BBA. Nas visitas, chamou a atenção das(os) pesquisadoras(es) a diversidade e o empoderamento entre as(os) jovens da instituição. O diretor Joaquim José Neto conta que, após a realização de um diagnóstico racial – segundo o qual pouco mais de 60% das(os) estudantes eram negras(os) –, a unidade aboliu a chamada “pedagogia de evento”, ou seja, ações pedagógicas pontuais sobre uma temática específica – no caso, o racismo –, sem integração com o currículo. Professoras e professores participaram de um programa de formação e passaram a fazer reflexões cotidianas sobre a negritude, além de trabalhar fortemente com as(os) estudantes sobre os seus sonhos e os meios para alcançá-los. Também foi criado um projeto de escrita com base na obra da escritora Conceição Evaristo. “A escola é um lugar importante para romper com a desigualdade”, diz o diretor. “Não queremos que a(o) estudante saia da escola empoderada(o), mas sem um projeto de vida.”



Referências bibliográficas

- ALMEIDA, M. A. B. DE; SANCHEZ, L. **Os negros na legislação educacional e educação formal no Brasil**. *Revista eletrônica de educação*, São Carlos, v. 10, n. 2, pp. 234-246, 2016. Disponível em: <https://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/1459>. Acesso em: jun. 2023.
- BOTELHO, F.; MADEIRA, R. A.; RANGEL, M. A. **Racial discrimination in grading: evidence from Brazil**. *American economic journal: applied economics*, v. 7, n. 4, pp. 37-52, 2015.
- CARREIRA, D.; SOUZA, A. L. S. **Indicadores da qualidade na educação: relações raciais na escola**, 2013.
- CASIMIRO, A. P. B. S. **Igreja, educação e escravidão no Brasil Colonial**. *Revista politeia: história e sociedade*, Vitória da Conquista, BA, v. 7, n. 1, pp. 85-102, 2007. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/politeia/article/view/3879>. Acesso em: jun. 2023.
- DÁVILA, J. **Diploma de brancura: política social e racial no Brasil, 1917-1945**. Editora Unesp, v. 1, f. 200, 2006.
- FONSECA, M. V. **A educação dos negros: uma nova face do processo de abolição da escravidão no Brasil**. Bragança Paulista: Edusf, 2002.
- HERINGER, R. **Desigualdades raciais no Brasil: síntese de indicadores e desafios no campo das políticas públicas**. *Cadernos de saúde pública*, Rio de Janeiro, v. 18, pp. 57-65, 2002.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Características étnico-raciais da população: classificações e identidades**, 2013.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de indicadores sociais 2020: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101760.pdf>. Acesso em: jun. 2023.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Microdados do Saeb**, 2019. Brasília: MEC, 2019.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Atlas da Violência**, 2020.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)**, 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101736_informativo.pdf. Acesso em: jun. 2023.
- JACCOUD, L. **O combate ao racismo e à desigualdade: o desafio das políticas públicas de promoção da igualdade racial**. In: THEODORO, M. *et al.* As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição. Brasília: Ipea, 2007.
- JACCOUD, L. **Racismo e república: o debate sobre o branqueamento e a discriminação racial no Brasil**. In: THEODORO, M. *et al.* As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição. Brasília: Ipea, 2007.
- ROMÃO, J. (org.). **História da educação dos negros e outras histórias**. Brasília: Ministério da Educação/Secad, 2005.
- SANCHEZ, L. P. **Educação Básica no Brasil e história e cultura africana e afro-brasileira: competências e habilidades para a transformação social?** Dissertação de mestrado em mudança social e participação política, Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. DOI: 10.11606/D.100.2014.tde-14012015-165202. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/100/100134/tde-14012015-165202/pt-br.php>. Acesso em: jun. 2023.
- SILVA, A. M. P. DA. **A escola de Pretextato dos Passos e Silva: questões a respeito das práticas de escolarização no mundo escravista**. *Revista brasileira de história da educação*, v. 2, n. 2 [4], pp. 145-166, 2002. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38726>. Acesso em: jun. 2023.

SOARES, J. F.; ALVES, M. T. G.; FONSECA, J. A. **Trajetórias educacionais como evidência da qualidade da educação básica brasileira.** *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 38, p. e0167, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.20947/S0102-3098a0167>. Acesso em: out. 2023.

UNICEF, AÇÃO EDUCATIVA, MEC/INEP, SEPPIR. **Indicadores da qualidade na educação: relações raciais na escola.** São Paulo, 2013. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/relatorios/indicadores-da-qualidade-na-educacao-relacoes-raciais-na-escola>. Acesso em: jun. 2023.

Anexos

ANEXO 1

Sugestões de conteúdos sobre racismo estrutural e seus impactos na educação

Livros

- *Como ser antirracista*, de Ibram X. Kendi (Ed. Alta Cult)
- *Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil*, de Eliane Cavalleiro (Ed. Contexto)
- *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*, de Grada Kilomba (Ed. Cobogó)
- *O perigo de uma história única*, de Chimamanda Ngozi Adichie (Ed. Companhia das Letras)
- *Pele negra, máscaras brancas*, de Frantz Fanon (Ed. Ubu)
- *Pequeno manual antirracista*, de Djamila Ribeiro (Ed. Companhia das Letras)
- *Planejando o trabalho em grupo: estratégias para salas de aula heterogêneas*, de Elizabeth G. Cohen e Rachel A. Lotan (Ed. Penso)
- *Racismo estrutural*, de Silvio Almeida (Ed. Jandaíra)
- *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*, de Sueli Carneiro (Selo Negro Edições)

Na internet

- [ARTIGO 12 recomendações para promover altas expectativas de aprendizagem nos alunos](#) (Iede)
- [Questionário para identificar possíveis ações racistas no cotidiano escolar](#) (Porvir)

ANEXO 2

Como trabalhar com múltiplas planilhas

- [Clique aqui](#) para acessar as instruções

